

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE ARQUITETURA,
ARTES E COMUNICAÇÃO – FAAC
CAMPUS DE BAURU**

RENATA MONDINI TAKAHASHI

REVISTA BAURU ANIMAL

BAURU
2012

RENATA MONDINI TAKAHASHI

REVISTA BAURU ANIMAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pela discente Renata Mondini Takahashi, como requisito para obtenção do título de bacharel em Jornalismo, ao Departamento de Comunicação Social (DCSO) da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru, sob orientação do Prof. Dr. Claudio Bertolli Filho.

BAURU
2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - FAAC
CAMPUS DE BAURU

Projeto experimental apresentado pela discente Renata Mondini Takahashi, como requisito para obtenção do título de bacharel em Jornalismo, ao Departamento de Comunicação Social (DCSO) da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru, sob orientação do Prof. Dr. Claudio Bertolli Filho

Banca Examinadora

Membros:

Prof^a. Katarini Giroldo Miguel
Prof. Dr. Carlo José Napolitano

Presidência e Orientação:

Prof. Dr. Claudio Bertolli Filho

Dedico este trabalho ao professor e orientador Claudio Bertolli Filho, pelas valiosas conversas, aos meus pais que me apoiaram a todo o momento, às minhas tias queridas, à vovó Eda, a todos os entrevistados que colaboraram com o projeto, aos amigos de Bauru e São Paulo que acompanharam e apoiaram minha saga na produção da revista, à minha bicicleta, que esteve comigo em cada visita e entrevista, no sol e na chuva, ao Leandro por todo amor e cuidado de sempre, ao vovô Raul, à Lenita e ao cachorro Thor (minhas eternas saudades) e à razão de ser deste trabalho: todos os bichos do céu, da terra e da água.

SUMÁRIO

RESUMO/PALAVRAS-CHAVE.....	7
ABSTRACT/KEYWORDS.....	8
 INTRODUÇÃO.....	 9
 1. PROPOSTA.....	 10
 2. JUSTIFICATIVA.....	 10
2.1 JUSTIFICATIVA DA IMPORTÂNCIA JORNALÍSTICA, SOCIAL E ACADÊMICA.....	10
2.2 JUSTIFICATIVA DO PRODUTO.....	11
 3. OBJETIVOS.....	 11
3.1 OBJETIVO GERAL.....	11
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
 4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	 12
4.1 A QUESTÃO ANIMAL.....	12
4.2 QUESTÕES JORNALÍSTICAS.....	22
 5. O PRODUTO.....	 24
5.1 PAUTAS.....	24
5.2 ENTREVISTAS.....	25
5.3 DESCRIÇÃO DO PRODUTO.....	28
5.4 PÚBLICO-ALVO.....	28
5.5 LINHA EDITORIAL.....	29
5.6 PADRONIZAÇÃO DO TEXTO.....	30
5.7 EDITORAÇÃO GRÁFICA.....	30
5.7.1 CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS.....	30
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 32

RESUMO

O tema deste projeto é o mundo animal, com foco em Bauru. A revista “Bauru Animal” nasce da ausência de publicações abordando a questão dos animais sob o enfoque de seus direitos neste município. O tratamento que damos aos animais é uma relevante questão ética e moral, que deve ser discutida pela imprensa. Em Bauru existe um movimento de proteção animal, seja de pessoas organizadas ou independentes. E há muitos problemas em relação aos animais. O objetivo da revista é reportar a condição dos animais da cidade, verificando a legislação e adentrando no campo filosófico: nós temos o direito de tratar os animais como mero recurso ambiental e econômico? Para a elaboração das matérias foram realizadas diversas entrevistas, documentadas em arquivos de áudio e realizadas com embasamento teórico dos autores Cremilda Medina e José Carlos Sebe Bom Meihy. A questão animal é assunto transversal que envolve todas as tradicionais editorias dos meios de comunicação e possibilita discutir atribuições dos órgãos públicos, questões éticas, morais e jurídicas, o papel do cidadão na sociedade e muitos outros assuntos relevantes à comunicação social.

Palavras-chave: Animais. Ética. Direitos Animais. Comunicação Social. Revista. Bauru.

ABSTRACT

The theme of this project is the animal world, focusing on Bauru. The magazine "Bauru Animal" was born from the lack of publications addressing the issue of animals under the focus of their rights in this county. The treatment we give to animals is an important ethical and moral issue that should be discussed by the press. In Bauru there is an animal protection movement, whether organized or independent people. And there are many problems about the animals. The intent of the magazine is to report the status of animals in the city, checking legislation and getting into the philosophical field: we have the right to treat animals as mere environmental and economic resource? For the preparation of the materials were performed several interviews, documented in audio files and performed with the authors' theoretical Cremilda Medina and José Carlos Sebe Bom Meihy. The animal issue is cross-cutting issue that involves all traditional media editorials and allows public bodies to discuss assignments, ethical, moral and legal, the role of the citizen in society and many other issues relevant to the media.

Keywords: Animals. Ethics. Animal Rights. Media. Magazine. Bauru.

INTRODUÇÃO

A relação do homem com os animais não humanos é assunto polêmico, envolto de paixões e interesses. Como tudo na sociedade capitalista, os animais se tornaram mercadorias, para uso com diferentes fins: entretenimento, alimentação, vestuário, segurança, pesquisa, transporte. Eles fazem parte da história da humanidade e estão presentes direta ou indiretamente em boa parte dos produtos que consumimos. Sua condição de mercadoria torna escassa a discussão sobre seus direitos na mídia.

No Brasil, cresce a divulgação de casos de maus tratos, bem como o espaço dado a movimentos sociais de defesa dos animais, ainda que de maneira tímida e mais voltada aos animais domésticos, mais especificamente cães e gatos.

Mas a realidade mostra que os animais em geral sofrem com o uso que é feito deles. Problemas sociais estão ligados ao tratamento que lhes é dado, assim como a relação do homem com o meio ambiente.

Tudo isso aponta para a necessidade de uma reeducação da sociedade em relação ao tratamento aos animais não humanos, estendida à relação do homem com o próximo e com o meio em que vive. Nesse sentido, o profissional de comunicação social habilitado para exercer a função de jornalista tem o papel de retratar a realidade aplicando o senso crítico e incitando debates que questionem o status quo.

1. PROPOSTA

Propõe-se a criação de uma Revista com reportagens e outros formatos jornalísticos de textos cujas pautas são norteadas por questões envolvendo animais na cidade de Bauru. O objetivo da Revista é retratar criticamente o uso e a situação dos animais no município, as políticas públicas ou a falta delas e o que existe de movimentos na cidade em defesa dos animais, propondo ao leitor, principalmente, reflexão. Além disso, busca prestação de serviço, objetivando levar a comunidade, direta ou indiretamente, a participar da vida social, como é da natureza do jornalismo (BAHIA, 1990, p. 9). Assim, a pesquisa para a conclusão do produto é de natureza exploratória, com levantamento bibliográfico diverso (livros, jornais, revistas, portais etc.), entrevistas e visitas/participação em órgãos, conselhos e organizações não governamentais ligadas aos animais na cidade de Bauru.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 JUSTIFICATIVA DA IMPORTÂNCIA JORNALÍSTICA, SOCIAL E ACADÊMICA

Optou-se pela produção da revista voltada ao público bauruense com pautas relacionadas a questões envolvendo animais devido à constatação da ausência de matérias abrangentes e críticas sobre o assunto na imprensa local. Por meio de levantamento prévio, constatou-se que grande parte das matérias aborda os maus tratos aos cães e gatos, em alguns casos específicos aborda-se os animais de tração, têm-se alguns textos mais reflexivos e filosóficos, porém bastante esporádicos.

Da abordagem jornalística em relação a questões envolvendo animais podem-se apreender características fundamentais sobre o veículo de comunicação e os valores éticos e morais que passa adiante através de seu produto. A simples publicação da cobertura de um rodeio, por exemplo, significa por parte do jornal a legitimação desta prática como normal,

saudável, digna de ser levada ao conhecimento da sociedade. Outro exemplo possível é a publicação de resultados científicos obtidos através de experimentos em animais não humanos, sem questionar o método e a condição dos animais enquanto seres sencientes em absoluta sujeição dos cientistas, ou seja, em condição de servidão.

Assim, as questões envolvendo animais permitem levantar debates diversos sobre o papel da imprensa enquanto formadora de opinião e sua responsabilidade para aquém da reprodução dos padrões morais da comunidade, mas seu potencial indagatório e transformador.

Por fim, esta pesquisa ganha sentido com a crença da potencialidade da informação em aproximar o cidadão das questões que dizem respeito ao meio ambiente que habita, podendo assim participar dos processos sociais e influir nas decisões políticas, deixando de ser espectador e passando a influir no processo histórico de seu tempo.

2.2 JUSTIFICATIVA DO PRODUTO

Optou-se pela produção de material jornalístico impresso em formato revista com pautas convergentes à questão animal no município de Bauru devido à ausência de um produto semelhante. O formato revista é de fácil assimilação ao público em geral principalmente por sua característica estética, com imagens, textos leves e ao mesmo tempo melhores trabalhados que nas publicações diárias, editoração gráfica despojada e atraente, visando conforto e facilidade ao leitor.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Promover o debate sobre o uso e tratamento dos animais na sociedade atual por meio de uma abordagem jornalística a ser apresentada em formato de produto: uma revista.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Pesquisar a repercussão de questões envolvendo animais na mídia;

- Pesquisar a incidência de pautas sobre animais na mídia impressa de Bauru e suas abordagens;
- Pesquisar os movimentos de proteção animal de Bauru;
- Entrevistar fontes locais que lidam com a gestão de políticas que influem diretamente na vida dos animais;
- Entrevistar membros de ONGs e protetores de animais em Bauru;
- Produzir reportagens e outros formatos de textos jornalísticos sobre temas relacionados aos animais;
- Realizar fotos para ilustrar as matérias;
- Produzir uma revista a fim de divulgar as reportagens e matérias produzidas;

4. REFERENCIAL TEÓRICO

Para a produção da Revista “Bauru Animal”, buscou-se fundamentação teórica sobre a questão animal em sua abordagem histórica, filosófica e jurídica, além de averiguar o tratamento do assunto pela mídia.

Fez-se necessário também percorrer a bibliografia básica sobre gêneros e formatos jornalísticos, atribuições, desafios e papel social do profissional da comunicação, além de métodos de entrevista e conhecimento teórico sobre o formato revista, a fim de produzir material de forma consciente e responsável.

4.1 A QUESTÃO ANIMAL

Direito Animal é uma questão socialmente importante. A relação do homem com os animais diz respeito a questões éticas e morais. Adicionam-se questões culturais, ideológicas, religiosas, jurídicas e principalmente filosóficas, e temos o Direito Animal como uma discussão de temática transversal e relevante.

Para questões históricas sobre a relação do homem com o animal, foram consultadas duas obras. Em “O homem e o mundo natural”, de Keith Thomas (2010), o historiador mostra a visão de mundo antropocêntrica predominante na Inglaterra de 1500 e as mudanças de atitude do homem em relação ao mundo natural até 1800, no período moderno inglês. Em “Imperialismo Ecológico”, Alfred Crosby (2011) mostra que os recursos naturais e os animais estiveram presentes na história da expansão europeia entre 900 e 1900, dando aos

colonizadores valiosas contribuições. Sem eles, certamente a história teria sido diferente. O livro aborda questões ecológicas da política expansionista europeia da época, que transformou muitos ambientes nativos, pois na bagagem das viagens eram levados também plantas e animais.

O objeto de pesquisa, “Bauru e o mundo animal”, conduz a problemática da relação do homem com o animal e ainda, do homem com o meio ambiente. O livro de Keith Thomas, “O homem e o mundo natural, mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)” contribuiu na bagagem histórica sobre essa relação. A obra se baseia nas Conferências George Macaulay, pronunciadas na Universidade de Cambridge, em 1979. O historiador G. M. Trevelyan, em seus textos sobre a história social inglesa, dedica reflexões sobre a atitude do homem diante da natureza, embasadas por muitos documentos e citações. Thomas (2010) afirma que, ao contrário da maioria dos historiadores, Trevelyan era devoto ao campo e ao ar livre. E sua paixão pela natureza ia além dos anseios vagamente rurais, que já estavam presentes de certa forma na literatura e na vida intelectual da Inglaterra. Em 1931, ele falava na importância da natureza para a vida espiritual do homem, e alertava que a devastação da natureza selvagem levaria a Inglaterra a perecer espiritualmente.

A dominação da natureza pelo homem parece estar, desde antes de Trevelyan até hoje, fortemente relacionada à “evolução” da humanidade. Assim, falar em conservação do cenário selvagem naquela época beirava o insano. Nesse sentido, esse historiador foi pioneiro e bastante corajoso em seus estudos e afirmações.

Nos últimos cem anos, a atitude do homem frente à natureza sofreu transformações. Para entender tais transformações, Thomas debruça-se no período entre 1500 e 1800 da história da Inglaterra. Segundo ele, “(...) é impensável desemaranhar o que as pessoas pensavam no passado sobre as plantas e os animais daquilo que elas pensavam sobre si mesmas.” (2012, p. 20)

A tradicional visão de que o mundo fora criado para os desejos e necessidades do homem encontrava respaldo nos filósofos clássicos e na Bíblia. Aristóteles afirmava que tudo na natureza tinha o propósito de servir ao homem. Quanto à Bíblia, os teólogos modernos, segundo Thomas, interpretavam o relato da criação de acordo com interesses que convinham. Adotaram a visão da autoridade do homem sobre todas as coisas, do espírito antropocêntrico na interpretação da história bíblica. O autor cita inúmeras frases do século XVII que refletem tal visão. “Todo animal estava, pois, destinado a servir algum propósito humano, senão prático, pelo menos moral ou estético” (THOMAS, 2010, p. 24). A visão era clara: os animais

não possuem nenhum direito de propriedade sobre as coisas, menos ainda sobre si próprios. Assim tornava-se impossível para o homem assumir obrigações para com os animais, tidos como bestas, pois seria impossível firmar pactos com elas.

As religiões orientais mantinham uma visão bem diferente, estendendo o valor de respeito às outras manifestações de vida além da espécie humana. Jainas, budistas e hindus eram estranhados no Ocidente, que em geral considerava o sexto mandamento, contra o assassinato, válido apenas entre os humanos. As religiões do oriente foram tidas por alguns cientistas ingleses como um obstáculo ao domínio do homem sobre as criaturas inferiores, sendo assim consideradas atrasadas.

Desde os tempos dos anglo-saxões, a Igreja Cristã na Inglaterra colocou-se contra o culto das nascentes e dos rios. As divindades pagãs do bosque, da corrente e da montanha foram expulsas, deixando assim desencantado o mundo, e pronto para ser formado, moldado e dominado. (THOMAS, 2010, p. 29)

Apesar de inúmeros exemplos de fundamentos teológicos do cristianismo ocidental para justificar o antropocentrismo, Keith Thomas ressalta que este não foi apenas da Europa Ocidental, e que não afirma que o cristianismo seja intrinsecamente antropocêntrico. Mas ao menos no início do período moderno inglês, seus pregadores o foram. Os escritos morais e teológicos dos séculos XVI e XVII definiam a condição especial do homem e justificavam seu domínio sobre as outras criaturas.

Mas, afinal, quais são os principais argumentos que sustentam a ideia de que o ser humano é superior ou especial em relação às outras espécies? O que justificaria a singularidade humana?

A discussão sobre a alma, por exemplo, é de extrema importância. Aristóteles acreditava que a alma tem três elementos: alma nutritiva, dos homens e vegetais; alma sensível, dos homens e animais; e alma racional ou intelectual, esta apenas do homem. “Tal doutrina foi retomada pelos escolásticos medievais e combinada com a ideia judaico-cristã de que o homem foi feito à imagem de Deus (Gênesis, I. 27)”. (THOMAS, 2010, p. 40)

Muitas outras diferenças entre homem e animal foram apontadas por filósofos e pensadores ocidentais na época da modernidade inglesa. Mais que distinguir os homens dos animais, elas tinham em comum sempre encarar o animal como inferior. A alma, diferenças anatômicas, a fala, a razão. Na visão dos teólogos, a diferença decisiva estava na consciência, no instinto religioso e ainda na alma imortal.

No século XVII, o médico espanhol Gomez Pereira formulou uma doutrina que seria mais tarde desenvolvida por René Descartes. A tese do “animal máquina” dizia que os animais são meros autômatos, desprovidos de alma ou mente. Diferente do homem, que combina matéria e intelecto, os animais eram máquinas feitas por Deus. A explicação cartesiana não gerava sentimento de culpa ao tratamento dado aos animais pelos homens, sendo bastante conveniente aos anseios exploratórios dos humanos.

Um exemplo de especismo (preconceito contra seres de outras espécies diferentes da humana) é a crença difundida de que para conter o animal selvagem que há no ser humano, existe a religião e a moral. Os impulsos físicos ou animais deveriam ser controlados, pois rebaixariam o homem ao mesmo nível da criação animal. Assim, nossos instintos foram e continuam sendo podados pela vida em sociedade (não sem consequências, mas isso é uma outra discussão).

As tentativas de esclarecer as diferenças entre o homem e o animal no início do período moderno tinha como principal fim justificar a caça, a domesticação, o hábito de comer carne, a vivissecção (que se tornou comum na ciência a partir do final do século XVII), e a matança de animais nocivos ou predadores (THOMAS, 2010). No entanto, a diferenciação do homem do animal traria consequências para as relações entre os próprios homens. Aqueles que não possuíam as qualidades valorizadas pelo homem eram tidos como mais próximos dos animais, e, portanto inferiores.

Os povos ligados à natureza, sem religião cristã, sem tecnologia, eram mais animais que homens, bem como os loucos, vagabundos, vadios, pobres e mendigos. Os escravos eram equiparados aos animais, vide o tratamento dado a eles. A desumanização faz parte do processo que leva à legitimidade dos maus-tratos. Tanto as classes baixas quanto as camadas privilegiadas da época acatavam a ideia da dominação humana sobre os animais. A discussão que existia não questionava a condição especial da espécie humana, apenas se o direito de explorar as criaturas inferiores era de todos ou de uma classe privilegiada.

Apesar do predomínio da visão antropocêntrica, nem todos pensavam que o mundo fora feito todo para fins de usufruto humano. Mas é verdade que na história natural (estudo científico dos animais e da vegetação), os animais eram classificados muitas vezes pela utilidade que tinham ao homem.

Assim como na sociedade, no mundo animal havia hierarquias, raças melhores e piores, valendo em dinheiro mais ou menos muitas vezes conforme fatores estéticos.

Alguns estudiosos buscaram classificar as plantas por suas características estruturais, se afastando do critério utilitarista. Na zoologia, assim como na botânica, com o passar do tempo passa-se a prestar mais atenção aos detalhes fisiológicos.

No final do século XVIII surge uma tendência romântica na visão do mundo natural, valorizando sua biodiversidade. Compreender a natureza de forma autônoma, em termos não humanos, era algo ainda distante, mas aos poucos tal visão ganhava terreno.

A domesticação dos animais serviu para aproximar o homem de outras espécies e mudar alguns paradigmas que poderiam ter permanecido intocados sem tal proximidade. Os cavalos aparecem como espécie próxima e íntima do homem, tal qual o cão. Os gatos demoraram mais para conquistar o apreço humano, em partes devido a sua alimentação tida por muitos como asquerosa. Eles apenas se consolidam como animais domésticos por volta do século XVIII. Já nessa época, os cães eram valorizados por características também bem vistas aos humanos: origem (*pedigree*), educação, fidelidade, coragem. Depois vieram os pássaros. E assim a lei que dizia respeito aos animais domésticos precisou mudar. Aos poucos os animais vão virando propriedade humana.

Por causa da relação com o homem, a carne de cães e gatos não entraram no cardápio. Como amigos do homem, não podiam ser seu alimento. A carne de cavalo, apesar de vendida legalmente em muitos países da Europa durante a 1ª metade do século XIX também não virou tradição e não ficou bem vista devido à relação próxima deste animal com o homem. O mesmo se deu com pássaros canoros silvestres. Na medida em que se aproximaram do homem, foram deixando de fazer parte de seu cardápio.

O autor observa que já em 1700 haviam pessoas obcecadas por animais domésticos, e não raramente eles eram mais bem alimentados que os empregados. Em muitos casos eles serviam, como hoje, para suprir a carência afetiva de seus tutores.

“Foi observando os animais de estimação que se começou a defender a inteligência e o caráter animais” (THOMAS, 2010, p. 171). No início do período moderno, intelectuais e cientistas buscaram romper com a rígida fronteira traçada anteriormente entre homem e animais. Alguns céticos e libertinos chegaram inclusive a afirmar que o homem, com sua razão e livre-arbítrio, tinha condições de ser muito pior que um animal, munido apenas de instinto.

Assim, ainda que a relação do homem com os animais domésticos tivesse muitas vezes, como ainda é hoje, a função de desafogar a carência humana e suprir seu ego, seu advento

incentivou a ideia de que cada animal poderia ser considerado individualmente, por sua personalidade e caráter únicos, merecendo, portanto, alguma consideração moral.

Em “Imperialismo Ecológico, a expansão biológica da Europa 900-1900”, Alfred Crosby (2011) busca analisar a história da expansão europeia por um viés ecológico. Deixa claro que, sem os animais e plantas levados nas bagagens dos viajantes, eles não teriam chegado tão longe. Já no prólogo lança a provocação, “Os emigrantes europeus e seus descendentes estão em toda parte, isso exige uma explicação.” (CROSBY, 2011, p. 13). Como eles conseguiram se espalharam e se perpetuar pelo mundo é o que o autor buscar responder. Com a energia do vapor, entre 1820 e 1930, mais de 50 milhões de europeus fizeram as malas em direção às terras neoeuropeias, motivados pela expansão populacional na Europa, escassez de terras cultiváveis, entre outras coisas. As neoeuropas possuem um denominador comum, que Crosby designa como fator biogeográfico: estão localizadas em latitudes similares, com clima semelhante caracteristicamente favorável ao plantio e à adaptação de animais de interesse humano para alimento, couro, adubo etc.

Muitas regiões do mundo que são hoje grandes exportadoras de alimentos de base da alimentação europeia, como trigo, cevada, carne de porco, carneiro e cabra, há 500 anos tinham paisagem completamente diferente. A chegada e o advento da nova fauna e flora transformaram paisagens para sempre. Assim, no decorrer da obra, Crosby prova a importância do componente biológico e ecológico no êxito do imperialismo europeu, mostrando que a relação utilitarista do homem com os animais e com a natureza vem de longe e teve papel fundamental para sua sobrevivência e proliferação nas novas terras. Quando chegavam, para torná-las mais próximas a um lar, os viajantes modificavam a paisagem natural, muitas vezes buscando tornar o solo estrangeiro mais parecido com a Europa. As plantas eram de extrema importância, mas o autor afirma que os animais domesticados é que representavam a grande vantagem dos europeus sobre os indígenas de suas colônias ultramarinas (CROSBY, 2011).

Os porcos se adaptavam e multiplicavam aos montes. Sua carne representou o principal alimento das primeiras gerações de europeus que chegaram a América e Australásia. O gado tinha algumas vantagens em relação aos porcos, principalmente porque se adaptava ao calor e à exposição direta à luz do sol. Eles se espalharam pela América, assim como os cavalos, que se adaptaram bem e representavam transporte grátis. Galinhas, cabras, cachorros, gatos, camelos e abelhas também participaram do povoamento das terras descobertas.

Tanto os porcos quanto os cavalos e o gado causaram incomodo quando começaram a se reproduzir fora do controle dos colonizadores. Outro incomodo eram os animais indesejáveis que desembarcavam sem intenção dos viajantes e se proliferavam no novo ambiente, como os ratos.

Os animais trazidos levados de um lado a outro do planeta pelos navegadores representaram assim “uma avalanche que se reproduz a si própria e é capaz de transformar o mundo.” (CROSBY, 2011, p.204)

A fim de entender como está a questão dos direitos animais no Brasil, no campo jurídico e nos movimentos sociais, imergiu-se durante quatro dias no Encontro Nacional de Direitos Animais e, no decorrer do trabalho, debruçou-se na “Revista Brasileira de Direito Animal”, “Agência de Notícias de Direitos Animais” e na obra de Laerte Levai, “Direito dos Animais”.

As palestras assistidas no Encontro Nacional de Direitos Animais (ENDA) 2012, que aconteceu em Porangaba (SP) foram de grande importância para a realização da Revista “Bauru Animal”, bem como o contato com os participantes de diversos estados brasileiros (BA, CE, DF, GO, MG, PA, PE, PR, RJ, RN, RS, SC, SP) durante os quatro dias de encontro (de 7 a 10 de junho) com discussão intensa sobre a questão animal dentro e fora do período de atividades do evento.

As palestras iniciais mostraram trabalhos realizados pelos direitos animais em diversas regiões do país. Outras contaram com importantes nomes do movimento pelos direitos dos animais no Brasil, como Laerte Levai, Vania Tuglio, Nina Rosa Jacob, George Guimarães, Silvana Andrade, entre outros.

O slogan do ENDA resume bem sua proposta: “Discutindo o movimento, nutrindo-se das experiências, capacitando nossos ativistas”. O encontro é articulado pela organização “Vegetarianismo Ético, Defesa dos Direitos Animais e Sociedade” (VEDDAS), que trabalha para promover a defesa dos direitos animais e difundir os argumentos em favor de uma alimentação e estilo de vida livres da exploração de seres sencientes.

O VEDDAS segue a linha abolicionista dos direitos animais, afastando-se da visão bem-estarista de organizações mundialmente famosas como a WSPA (Sociedade Mundial de Proteção Animal) e o PETA (People for Ethical Treatment of Animals). As diferenças entre a teoria abolicionista e o bem-estar animal são enormes, e ainda pouco conhecidas pelo público em geral no Brasil. Tem-se a impressão de que defensores dos animais são todos defensores

dos animais e pronto. Mas não é bem assim. Durante o ENDA, essas questões foram muito bem esclarecidas em diversas palestras.

Dentre os teóricos abolicionistas, destaca-se Gary L. Francione. O advogado e professor universitário norte-americano costuma discutir bastante essas diferenças de visão no movimento em defesa dos animais. O abolicionismo promove a abolição definitiva de qualquer forma de exploração dos animais, reconhecendo seus direitos morais fundamentais e inalienáveis. Assim como os escravos tiveram abolida sua condição de propriedade, adquirindo então direito à vida, à liberdade e à integridade física e moral, os abolicionistas pelos direitos animais anseiam o fim da propriedade do animal pelo homem, pois só assim seria possível sua real libertação. A atitude moral básica do abolicionismo é tornar-se vegano, ou seja, boicotar todos os produtos que são frutos da exploração dos animais. Isso vale para a dieta, que deve ser genuinamente vegetariana, e para atitudes em geral da pessoa enquanto consumidora. O vegano não consome carne, leite, ovo, couro, não frequenta zoológico, não vai a circos ou estabelecimentos que exploram animais para obter lucro, entre outras coisas. Posiciona-se contra a exploração animal refletindo isso em seus hábitos de vida. O bem-estarismo, por sua vez, busca regulamentar o uso dos animais, por meio de ações como o abate humanitário. Francione é crítico ferrenho de ações bem-estaristas, que segundo ele não contribuem em nada para a melhoria das condições dos animais. As reformas que visam o bem-estar dos animais servem apenas para reforçar a ideia de que eles são nossa propriedade e podemos fazer deles o uso que quisermos, desde que de forma humanitária. Mas na prática, seguimos em nossa zona de conforto, sem mudanças reais e verdadeiramente libertadoras aos animais. Eles continuam como propriedades à mercê dos humanos. A exploração “feliz” ou “humanitária”, as regulamentações pelo bem-estar dos animais, podem até parecer boas para eles, mas são melhores ainda para quem lucra com a sua exploração.

Outro meio de discutir a questão dos animais é usando as mídias. A Revista Brasileira de Direito Animal é uma revista jurídica de caráter interdisciplinar. A publicação de estreia é de 2006. Desde então, todo ano pelo menos uma edição é lançada em versão impressa e versão digital (disponibilizada na internet, edições encontradas em vários sites). Os responsáveis pela Coordenação da revista são Heron José de Santana e Luciano Rocha Santana. A revista é publicada em parceria com o Instituto Abolicionista Animal (IAA) e o Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com o grupo de pesquisa em Direito Animal do Mestrado e Doutorado da Faculdade de Direito da UFBA.

Este tipo de publicação (revista jurídica) alcança um grau de aprofundamento nas questões jurídicas ao qual a imprensa raramente chega. É alvo de interesse de advogados, ajudando a divulgar o direito animal entre profissionais da área de direito. Traz, antes de tudo, profundos questionamentos e filosofias sobre a sociedade, a moral e a justiça, sendo sua leitura interessante não apenas aos da área jurídica.

A mídia tem papel fundamental em levantar debates que repercutem em transformações políticas e comportamentais. Enquanto um assunto não está estampado nas folhas e telas dos veículos de comunicação, muitas vezes não lhe é atribuída devida atenção na esfera política e social. No caso dos animais, em resposta à carência na mídia de abordagens sob o foco de seus direitos e da ética da vida, surge no Brasil a Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA). Durante o Encontro Nacional de Direitos Animais 2012, a idealizadora e diretora editorial da ANDA Silvana Andrade foi incisiva ao afirmar: “A imprensa não apenas informa, ela forma conceitos, modifica ideias.”.

A ANDA é a primeira agência jornalística do gênero no mundo. Segundo dados citados por Silvana na palestra, são cerca de 20 mil visitas por dia ao portal da agência. Se antes os animais apareciam em notícias bizarras, de curiosidade ou de violência, a partir de 2008 a agência busca fazer uma leitura crítica da situação dos animais nas matérias. Informar para transformar é seu objetivo. A ANDA é referência nacional na área de comunicação à medida que propõe a difusão de uma cultura mais ética e justa com os animais, tendo influenciado a construção do projeto da Revista “Bauru Animal”.

Ainda sobre questões midiáticas relacionadas aos animais, algumas considerações são fundamentais para que se tenha claro que, ao abordar um assunto envolvendo outras espécies, deve-se cuidar para não propagar ideias especistas e contribuir para a visão utilitarista delas. Ao menos não é o que deseja e propõe o projeto da Revista “Bauru Animal”. Vejamos alguns exemplos.

No Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A televisão e os animais: a maneira como a mídia televisiva reflete a ideia de que os animais são objetos”, de Josiele Maria de Souza, graduada em jornalismo, temos exemplos de como a televisão contribui para reforçar o uso de animais para fins humanos, apresentando-os muitas vezes como objetos. A tela é impregnada pela visão utilitarista dos animais, em programas de entretenimento (auditório e variedades, novelas, *talk shows*) e informativos (documentário e telejornalismo).

Um exemplo citado pela autora é um cão levado aos palcos do programa global “Domingão do Faustão” para participar do quadro “Se vira nos trinta”. O cão veste uma

gravata, o que não faz sentido algum para ele, e se mostra inquieto com o barulho e as luzes. Mas ele é apresentado como o cachorro cantor, e caso ganhe a simpatia dos jurados não terá nenhum benefício. Seu tutor, esse sim pode embolsar 15 mil reais. A situação é tão corriqueira que vamos cada vez mais nos acostumando com o uso de animais para entretenimento, sem questionar sua condição.

No caso das novelas, a jornalista lembra que sempre que um animal aparece como personagem na tevê, não foi por sua livre escolha. Ele não pode optar, e para “atuar” é submetido a muitos treinos, tendo assim sua vida tomada por rotinas e situações alheias a sua vontade. Mas essas questões dificilmente saem dos bastidores.

Um exemplo de matéria que desconsidera a condição dos animais, retirada do Jornal da Cidade, jornal impresso de Bauru e grande região. O jornalista Marcos Liborio conta que dois animais provocaram acidentes em uma quarta-feira em Bauru (SP). Em uma, o motoqueiro perdeu o controle da moto ao tentar desviar de um cachorro e caiu. Outro motoqueiro também se envolveu em um acidente com animais. Ele atropelou um cavalo e caiu da motocicleta. Em ambos os casos foi dito o que aconteceu com os motoqueiros. Sofreram ferimentos leves e foram levados ao Pronto-Socorro. A notícia aborda unicamente as implicações que o fato teve na vida humana, mas teve como ponto cego outros atores envolvidos, que aparecem inclusive na manchete “Animais na rua provocam acidentes em Bauru”, como causadores do acidente (vide o verbo “provocar”). E o que aconteceu com eles? Morreram? Machucaram-se? Como e para onde foram levados? Por que estavam ali? É correto identificá-los como os provocadores do fato noticiado, atribuindo-lhes, de certa forma, culpa por isso? São detalhes assim que evidenciam o especismo em uma matéria.

Na matéria “Problemas de animais soltos em rodovias próximas a Bauru (SP) estão longe de uma solução”, publicada no mesmo jornal que a matéria do exemplo anterior, porém, vemos uma situação diferente. Aqui, o jornalista Vitor Oshiro deixa claro que o principal responsável é o tutor do animal, e abre a discussão sobre o fim da profissão de carroceiro. Ainda que não se aprofunde na questão dos direitos animais, sua abordagem diferencia-se do primeiro exemplo ao menos por não atribuir a culpa aos animais.

Vejamos um exemplo de como a Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA) trabalha na missão de educar a mídia e trazer questões éticas e morais para o jornalismo, no que diz respeito a outras espécies. A maior parte do conteúdo do portal é autoral, mas a agência também se ocupa em fazer clippagem de matérias envolvendo animais publicadas em outros veículos. Mas não é uma mera cópia. Ao republicar uma matéria, a agência preocupa-

se em adequar o vocabulário do texto, não utilizando a palavra dono (fala-se “tutor”) e posse (usa-se “guarda”), por exemplo. Também cuidam de incluir notas da redação quando o clipping é de uma matéria que noticia um fato danoso aos direitos animais sem considerá-los. Na matéria “Milhares de pintos são enterrados vivos em vala na Grande Florianópolis”, retirada do portal G1 e postada na ANDA, por exemplo, o fato principal é que 114 mil pintos foram enterrados vivos em uma granja em Paulo Lopes, na Grande Florianópolis. Também foram jogados fora ovos contendo pintos prestes a nascer. Há inclusive um vídeo com imagens do feito. Segundo a notícia, o dono do estabelecimento diz ter feito isso por falta de ração para os animais. A agência então publica a matéria idêntica e logo abaixo inclui a nota da redação:

Estamos diante de mais uma cena de horror protagonizada pela indústria da carne: filhotes agonizando de pavor, sendo chutados e jogados como lixo para dentro de uma vala. Quando a humanidade compreenderá que animais não existem para serem explorados, torturados e escravizados para o consumo? Os animais não humanos, como nós, possuem o direito à vida e à liberdade, sendo portanto cruéis as indústrias de ovos, leite e carne, além de todas as outras que se utilizam do sofrimento dos animais para obterem seus lucros. Ao se tornar vegano, o consumidor recusa-se a alimentar essa cadeia sórdida de exploração e tortura de animais. (MILHARES... c2008-2013)

O chapéu da matéria é “horrores da indústria da carne”, o que também demonstra o compromisso em frisar os direitos animais na comunicação.

Entre livros que abordam a questão dos direitos dos animais, destaca-se a obra de Laerte Fernando Levai, “Direito dos Animais”, pioneira no assunto no Brasil. O promotor tem formação jornalística, o que torna o texto, ainda que denso, de fácil entendimento. Ele traz informações jurídicas sobre animais domésticos e silvestres, comenta as leis que os protegem ou dizem proteger, mostra casos de ações de promotorias em prol dos animais e traz questões históricas e filosóficas sobre a relação do homem com outros seres. Ele defende que essa é uma questão primordial, ligada à ética da vida e, portanto, uma questão de justiça.

Nos primeiros três séculos de história do Brasil, animais e natureza eram tidos como inimigos do colonizador, suscetíveis de livre abate. Já os animais domésticos eram destinados à servidão. No início do século XX temos o decreto do código de caça, que legitima a morte como atividade cultural esportiva. Em 1967 ocorre uma mudança no status das vítimas, que passam de coisa de ninguém para propriedade da União. Em 1988 temos uma constituição federal que veda a crueldade, destoando do paradigma antropocêntrico, porque considera os animais como sujeitos sensíveis (que podem sofrer) e, portanto, como sujeitos de direitos que, assim sendo, devem ser representados por alguém: o Ministério Público. O artigo 225 da

Constituição Federal brasileira, no que diz respeito a sua parte final, vedação à crueldade, é onde se encontra o fundamento para qualquer ação judicial pelos direitos dos animais. De denúncias a ações civis ajuizadas, centenas já movidas neste país, todas elas têm fundamento nesse artigo. Mais recentemente, em 1998, a fauna se transforma em bem difuso, bem de uso comum do povo ou então recurso ambiental. Enquanto promotor, Levai resgata o Decreto 24.645 de Getúlio Vargas, que fala que os animais são tutelados do Estado, para lembrar o papel do Ministério Público para com os animais. Segundo a lógica de Levai, se os animais são tutelados, significa que são quase como incapazes e são sujeitos de direito sim, tendo o Ministério Público o dever de zelar por eles. Laerte defende a singularidade, o respeito ao sentir individual, a existência própria de cada indivíduo. O animal como sujeito de direito pelo que ele é. Sua perspectiva biocêntrica transita na contramão do discurso jurídico oficial, do jurídico antropocêntrico.

4.2 QUESTÕES JORNALÍSTICAS: O FORMATO REVISTA

No processo de montagem das matérias, procurou-se variar os modelos possíveis, segundo classificação de Medina (2008, p. 65):

- 1) *Modelo lógico, linear.* Conhecido como pirâmide invertida, começa com o lead (parágrafo inicial que responde às perguntas básicas sobre o fato), se desenvolve linearmente e acaba com informações secundárias.
- 2) *Modelo fragmentário, mosaico.* Vai à contramão do pensamento linear, mas com um fio coerente que amarra os dados, depoimentos e informações.

As reportagens buscaram se adequar ao estilo de texto e estética do formato revista. No livro “O estilo magazine, o texto em revista” (1996) Sergio Vilas Boas se propõe a elencar algumas especificidades do formato revista. Seu texto, por exemplo, além da estética visual, é diferente do jornal, pois permite mais extrapolações analíticas do fato. Tem-se um jornalismo de maior profundidade, e normalmente mais ousado. Características também presentes em jornais na edição de domingo, comparação à qual o autor dedica algumas páginas do livro.

O forte da revista é a reportagem interpretativa. Segundo Vilas Boas (1996), o texto jornalístico da revista é “mais interpretativo e documental do que o jornal, o rádio e a TV [...]” (1996, p.9). O diferencial da revista é abordar o assunto, não o fato. Sobre o gênero interpretativo, Vilas Boas esclarece: “[...] é o esforço de determinar o sentido de um fato, por meio da rede de forças que atuam nele.” (1996, p. 77). Quaisquer que seja o estilo da reportagem, sua abertura deve ser envolvente e não necessita de amarras com o lead.

Em relação à linguagem, a liberdade para o uso do valor conotativo é maior mesmo porque a revista não é um produto de leitura rápida. Algumas sugestões do autor para o encaminhamento das matérias são: enumerar, descrever detalhes, comparar, fazer analogias, criar contrastes, exemplificar, lembrar, ilustrar, dar testemunho e confrontar ideias. Para compor os personagens no imaginário do leitor, ele recomenda que sejam explorados os verbos *dicendi*, capazes de transmitir informações e pistas sobre a personalidade do entrevistado e sua emoção para além da narrativa oral.

O jornalista é um construtor de narrativas da realidade. Nesse processo, o autor recomenda que se atente ao encadeamento do texto, visando seduzir o leitor a manter-se fiel à matéria do início ao fim. Com textos longos o desafio é proporcionalmente grande e optaram-se pelos recursos da fragmentação, subtítulos e subchamadas. As reportagens maiores buscam análise do fato e suas consequências, e mistura fatos do passado com fatos ainda em evidência.

A estética visual, que inclui todos os elementos dispostos na página, ajuda a organizar as informações para o leitor. A revista é fotografia, design e texto. Pode ser um formato mais artístico. Durante o processo de pesquisa para a produção da Revista “Bauru Animal” buscou-se registrar imagens dos locais visitados e animais em situações diversas na cidade, a fim de obter-se um banco de imagens autorais para complementar o trabalho jornalístico. A fotografia reforça o testemunho nas matérias e amplia a informação ao leitor. Assim, de encontro com a proposta do formato revista, todas as matérias da “Revista Bauru Animal” são ilustradas, exceto a entrevista com a professora Sandra Lia do Amaral Cardoso, do biotério de fisiologia da UNESP, que não permitiu a realização das fotografias com a justificativa de que o local se encontra em reforma.

O livro “Revista no Brasil” traz o primeiro panorama sobre o formato magazine no Brasil. Logo no prefácio Roberto Civita, presidente da Editora Abril, fala do papel da revista na construção de uma identidade nacional. “As revistas tem sido indispensáveis na manutenção das raízes e dos valores brasileiros” e, por vezes, “exprimiram a razão de ser do brasileiro” (2000, p. 11). O pano de fundo do livro é a participação da revista na formação da sociedade brasileira.

Em 1812 é lançada no Brasil uma publicação chamada “As Variedades”, tida como a 1ª revista, apesar de ser esteticamente bastante parecida com um jornal. A partir de 1860 as revistas passam a contar com mais fotos, ilustrações e recursos visuais. Os textos são pequenos até que a revista “O Cruzeiro” começa a trazer reportagens mais densas, e as

revistas passam a participar da vida nacional. Logo surgem as publicações especializadas, que se diversificam: saúde, escola, ciência, automóveis, culinária...

As reportagens, comuns nas revistas de hoje, passam a integrar as revistas a partir do início do século XX. A revista “Realidade” ficou famosa por trazer abordagens surpreendentes e aprofundadas em suas páginas, e virou referência de reportagem em revista.

Quanto à estética, na primeira metade do século XX as revistas brasileiras traziam fotografias acompanhando reportagens e ilustrações contracenando com textos literários ou humorísticos. As primeiras revistas se pareciam com livros. As ilustrações, fotografias, tipografias variadas e criatividade na disposição dos elementos na página foram evoluindo conforme a própria revista amadurecia e criava identidade enquanto formato de publicação. Seja como for, a preocupação fundamental na diagramação deve ser em facilitar a vida do leitor e o entendimento do conteúdo comunicado.

5. O PRODUTO

5.1 PAUTAS

A pauta faz parte do planejamento do trabalho jornalístico. Não existe um padrão, e sim alguns elementos que podem compor um material que facilita os primeiros passos para o jornalista que vai apurar e escrever a matéria. Deve conter os fatores agregados ao fato ou notícia que deu origem à matéria. E a angulação, ou seja, o rumo, a escolha de um ou vários desdobramentos do fato. Além disso, indica possíveis fontes para entrevista e consulta bibliográfica. As pautas da Revista “Bauru Animal” foram desenvolvidas após a pesquisa exploratória. Elas se encontram nos apêndices A, B, C, D, E, F, G e H deste trabalho.

Quanto aos critérios de seleção de notícias, levou-se em conta aqueles apontados por Deborah Potter no “Manual de periodismo Independiente”. A autora elenca o impacto (quantas pessoas são afetadas por aquele fato); a proximidade (se o fato interessa pessoas do local em que o veículo circula); controversa (em casos conflituosos, incitar o debate público e a pluralidade de ideias); estranheza (o inesperado, o curioso); serviço (a notícia deve ser útil ao cidadão).

A revista é composta por matérias e artigos sobre fatos recentes, considerados tudo aquilo que ocorreu entre a última edição e a próxima, a que se escreve no momento. Esses serão os fatos noticiáveis. A partir da pesquisa exploratória e das entrevistas, várias

possibilidades de pautas surgiram. Vários assuntos foram “detectados” durante a produção da primeira edição de “Bauru Animal (Nov/2012)”. Há um leque de assuntos que podem ser abordados nas próximas edições e sob várias óticas, sempre buscando atrair a simpatia do leitor para as questões relacionadas aos problemas gerados pelos humanos pela exploração dos animais a eles, às próprias vítimas, aos animais. Alguns exemplos seriam: hospitais veterinários públicos; animais na feira livre; comitês de ética nas universidades bauruenses; frigoríficos e produção industrial de animais; estimação, cães usados para entretenimento; crimes contra a fauna; tráfico de animais; dieta vegetariana; animais, direito ao habitat e degradação ambiental; zoológico; defensores de animais em Bauru; movimento pelos direitos animais e suas abordagens; comércio de animais e adoção; políticas públicas para os animais etc... Assim, a periodicidade da revista é mensal.

5.2 ENTREVISTAS

A produção da revista “Bauru Animal” envolveu 20 entrevistas: Adilson Mota, Ana Clara Gomes Picolli, Juliana Miranda Righi, Carlos Almir Boaventura, Dinair José da Silva, Helena Beatriz Schuler Cassa da Silva, Lázaro Bolnei Ferreira, Luiz Pires, Marcelo Menezes Espino, Mariana Fraga, Osvaldo Gonçalves Limares, Paulo André, Paulo Fradinho, Sergio Greif, Sandra Lia do Amaral Cardoso, José Rodrigues Neto, Fátima Schroeder, Hermann Schroeder, Ronaldo Cesar e dona Maria. Todas as entrevistas foram realizadas pessoalmente, com gravação eletrônica por meio de aparelho gravador de áudio, exceto a entrevista com a dona Maria. Duas entrevistas foram realizadas em grupo a pedido dos entrevistados. Nesses casos, o tom de diálogo se acentua, o que é positivo, porém torna-se mais disperso o foco da conversa, exigindo maior desenvoltura do entrevistador no encaminhamento dos assuntos.

Os diálogos foram realizados principalmente com o suporte de duas obras: “Manual de história oral”, de José Carlos Sede Bom Meihy (2002) e “Entrevista, o diálogo possível” (2008), de Cremilda Celeste de Araújo Medina.

O projeto de pesquisa da revista incluiu a elaboração de pautas prevendo entrevistas que foram registradas pessoalmente em encontros com duração variada de dez minutos a duas horas. A intenção das entrevistas foi registrar os pontos de vista e a realidade contada pela voz de pessoas ligadas de alguma forma à questão dos animais.

Os registros sonoros, chamados de documentação oral por Meihy (2002) são, segundo ele, recursos que guardam vestígios de manifestações da oralidade. No caso da revista têm-se

a documentação oral das entrevistas, de palestras gravadas durante o Encontro Nacional de Direitos Animais 2012 e da mesa redonda "Bioética e Experimentação Animal", que aconteceu na abertura da semana da biologia da UNESP Bauru de 7 a 11 de maio.

Os conteúdos de tais registros constituem história oral, pois foram obtidos através de procedimento programado, dentro de um projeto, conforme frisa o Meihy (2002) sobre as características da história oral.

Todos os entrevistados consentiram com a realização da entrevista e autorizaram sua gravação, aceitando conceder entrevista por espontânea vontade sem remuneração ou benefício material e sendo tratados como colaboradores do projeto. Exceto uma fonte, que foi entrevistada de maneira informal. Trata-se da dona Maria, a senhora que alimenta os gatos do Cemitério da Saudade (página 17 da revista). Optou-se por não utilizar o gravador devido à desconfiança da senhora, que após responder as perguntas consentiu em fazer umas fotos e mostrou-se mais amigável. A entrevista contribuiu para aproximar pesquisador e fonte, pois sem o gravador, se aproximou muito mais a um diálogo como veremos que propõe Cremilda Medina.

Outro ponto considerado da obra de Meihy (2002) para a produção da revista é o que ele diz sobre as relações na história oral a fim de explicar o processo de transformação da fala oral para o texto escrito. Para a história oral há o narrador, o pesquisador e o público consumidor do resultado. O narrador relata sua vida ou versão de algum fato, sendo o condutor da experiência pessoal, enquanto o pesquisador assume a análise da entrevista, falando pelo eu que narrou a experiência.

O autor fala da inevitável mudança a ser operada na passagem do estado de língua oral para a escrita ressaltando que o mais importante na transposição de um discurso para o outro é a fidelidade de sentido. Combinar elementos contextuais da entrevista como emoções e gestos não captados pelos aparelhos de gravação sonora ajuda a dar expressividade para o texto e transportar o leitor ao clima do ambiente da ocasião da entrevista.

As condições das entrevistas variaram de acordo com as fontes. Escritórios, restaurante, praça, posto de gasolina. Os locais ficaram por conta da sugestão dos entrevistados, a fim de dar-lhes mais liberdade e conforto no ato da realização das entrevistas, que por si só podem gerar uma sensação de formalidade prejudicial à naturalidade da narrativa. Quanto ao gravador, depois de autorizada a gravação, procurou-se mantê-lo em local discreto para não intimidar o entrevistado.

Segundo Meihy (2002, p. 44), "para serem garantidas como método, as entrevistas precisam ser ressaltadas como o nervo da pesquisa. Os resultados devem ser efetivados com base nelas." As pautas da revista foram intencionalmente elaboradas sem recortes muito específicos, tendo posteriormente ganhado angulações definidas conforme as fontes orais consultadas. O caráter local da revista tornou essencial o norteamento de cidadãos naturais de Bauru sobre as questões, pois cada local possui peculiaridades a serem exploradas dentro de um assunto amplo. Assim, a consulta às fontes foi determinante no norteamento das matérias.

A história oral acaba por se materializar em documento escrito. A transcrição das entrevistas na íntegra é trabalhosa, mas aproxima o pesquisador da documentação oral, pois acende a atenção ao conteúdo durante o processo de escutar e escrever.

O livreto "Entrevista, o diálogo possível" (2008) trouxe diversas contribuições à construção da revista "Bauru Animal". A concepção da entrevista como diálogo, interação humana onde há troca e ganho de conhecimento de maneira simultânea e mútua entre dois ou mais indivíduos, descarta o roteiro pronto para a entrevista. As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro em tópicos que elencavam os assuntos primordiais a serem tratados com a fonte. Houve interação com grande parte dos colaboradores entrevistados. Por vezes uma pergunta levou ao desmembramento dos assuntos, que evoluíram para outras discussões adjacentes ou paralelas, enriquecendo o contato e a troca de experiências, mas desviando o foco e alongando a entrevista. Para esses casos foi útil o roteiro em tópicos e a mediação da entrevistadora. Constatou-se que o diálogo franco e horizontal entre pesquisador e entrevistado de fato aproxima e desinibe a fonte.

Dentro do processo de produção da informação jornalística, a entrevista está inserida na pauta. Isso quer dizer que, até que se chegue ao nome da fonte que será entrevistada, o assunto já passou por diversos recortes. A escolha não é aleatória. Procurou-se fugir das fontes oficiais recorrentes, mas algumas vezes por orientação de terceiros acabou-se nelas. De qualquer forma, tanto as fontes oficiais quanto as oficiosas contribuíram para a expansão das versões dos fatos e pluralidade dos pontos de vista sobre as questões que a revista aborda.

Em grande parte das matérias, após a realização das entrevistas, procedeu-se conforme descrição da autora (2008, p. 56):

As entrevistas que recompõe um acontecimento a partir das diferentes vivências dos protagonistas (e / ou antagonistas) da ação social pedem, ao natural, uma narrativa indireta. O repórter assume uma terceira pessoa "equidistante" e vai costurando as declarações em etapas por ele decididas, ao montar a matéria. Se for um amplo

material, poderá até retrancar (divisões de espaços em submatérias) blocos de informações, com títulos próprios, ao longo da página ou do espaço de edição.

Nos casos em que se optou por recorrer a um painel diversificado de opiniões sobre um assunto, considerou-se a narrativa em terceira pessoa com divisões por tema, tendência ou juízos de valor (2008, p. 57), a fim de ordenar os pontos de vista na tentativa de facilitar a leitura dos depoimentos.

5.3 DESCRIÇÃO DO PRODUTO

Revista “Bauru Animal”, número 1, 26 páginas, com nove matérias sobre questões que envolvem animais no município de Bauru, sendo duas entrevistas: experimentação animal, eleições, rodeio, centro de controle de zoonoses, carroças, gatos do cemitério, animais na segurança pública e conselho de proteção e defesa dos animais. A Revista busca levantar o debate sobre o uso e a condição dos animais na sociedade hoje, a partir de pautas focadas no município de Bauru.

5.4 PÚBLICO-ALVO

A Revista “Bauru Animal” traz pautas locais relacionadas à questão animal sob alguns pontos de vista: do direito constitucional ou da iniciativa legal, dos autodenominados protetores de animais da cidade, dos funcionários públicos que lidam com questões que afetam direta ou indiretamente a fauna bauruense (as chamadas fontes oficiais), de pessoas que usufruem dos animais seja para transporte, entretenimento, pesquisa, educação ou segurança e ainda cidadãos ligados à questão de alguma forma.

Assim, antes de tudo, o público-alvo são moradores e pessoas ligadas ao município de Bauru, localizado a noroeste da capital do Estado de São Paulo. Em relação à faixa-etária, é bastante ampla, uma vez que a linguagem da revista propõe atingir a todos os leitores que se interessem por questões relacionadas aos animais. E a revista aponta para a necessidade de uma reeducação da população em relação ao tratamento para com os animais. A população em sua totalidade, do mais jovem ao mais idoso.

Apesar da amplitude do público-alvo da revista, é possível assinalar profissões e cargos que se relacionam fortemente com as pautas escolhidas: órgãos públicos, entidades do

terceiro setor, acadêmicos, a imprensa bauruense e formadores de opinião, professores e empresários.

Políticos em geral também estão no alvo da Revista, uma vez que ela traz indagações e exemplos de como políticas públicas (ou a falta delas) afetam a vida de cada animal como indivíduo e ainda, como muitas leis que deveriam protegê-los ficam à margem: não são cumpridas e menos ainda fiscalizadas.

Portanto, resumidamente, mas sem intenção de excluir os que não forem citados, o público-alvo da revista é formado por: bauruenses, pré-adolescentes a idosos, órgãos públicos, iniciativa privada, entidades do terceiro setor, acadêmicos, imprensa local e formadores de opinião, estudantes, professores, educadores e políticos sem distinção de gênero.

5.5 LINHA EDITORIAL

A Revista Bauru Animal propõe uma comunicação voltada à sensibilização e educação dos seres humanos em relação aos animais. O tema se mostra bastante transversal, abrangendo todas as tradicionais editoriais dos veículos de comunicação. Economia, política, esporte, cultura, saúde, meio ambiente... A questão dos animais extrapola os recortes temáticos e será trabalhada assim nas matérias, que propositalmente não são organizadas por editoriais na revista.

O direito animal é uma questão socialmente importante, que a mídia tem o dever de discutir. Na verdade, a natureza, os animais e o meio ambiente são questões intrínsecas da humanidade. A relação do homem com outros seres vivos faz parte da própria história do homem. A revista “Bauru Animal” tem a missão de trazer informações sobre como são tratados os animais na nossa sociedade e discutir seus direitos, com o recorte específico da cidade de Bauru.

5.6 PADRONIZAÇÃO DO TEXTO

Alguns padrões para uniformizar aspectos do texto da revista, seguindo a linha do tradicional Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo (Eduardo Martins, 3ª edição, São Paulo, 1997):

SIGLAS – Na 1ª citação as **siglas** devem vir sempre com a explicação do seu significado e em seguida a sigla colocada em parênteses. Exemplos recorrentes no trabalho e nas matérias da revista: “Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais (COMUPDA)”, “Encontro Nacional de Direitos Animais (ENDA)”, “Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA)”

CARGO – Na maior parte dos casos o **cargo** do entrevistado ou da fonte referida deve vir antes, pois é o que justifica sua presença na matéria. Exemplo: “A presidenta do COMUPDA e da ONG Vida Digna Beatriz Schuler”

NÚMEROS – De um a dez os **números** serão escritos por extenso. A partir do 11, em algarismos. Exemplo: “Seis cachorros e 18 gatos”. O mesmo vale para os números ordinais. Quando não se referirem aos anos, algarismos de 1000 em diante serão escritos com ponto. Exemplo: “4.067 eutanásias”. Dias do mês serão escritos em algarismos, não por extenso. Exemplo: “1º de agosto”, “16 de novembro”;

5.7 EDITORAÇÃO GRÁFICA

Para a editoração gráfica, buscou-se dominar as ferramentas oferecidas pelo programa InDesign CS5, software de layout de páginas utilizado nas aulas práticas de Planejamento Gráfico-Editorial em Jornalismo I e II do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP, Campus de Bauru.

5.7.1 CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Folha: A4 (*tamanho padrão*) – 210mm X 297mm

Papel: 75g/m², *reciclado*

Posição: *paisagem*

Margens: *superior e inferior - 10mm / interna e externa 15mm (maior devido à encadernação do produto)*

Colunas: 5 (*base divisória*), *mas variam de matéria para matéria*

Capa:

Logotipo - *fonte Trendy em caixa alta sem espaço* - **BAURUANIMAL**

Número da edição – *fonte Swiss921 BT*

Chamada principal – *fonte Incised901 Ct BT*

Chamadas à direita - *fonte Swiss921 BT*

Matérias:

Alinhamento dos textos - *à esquerda (não quebra as palavras e não forma vazios no meio do texto)*

Chamadas - *fonte Incised901 Ct BT (20 pt), (tamanho varia)*

Linha fina - *fonte cambria itálico (12 pt)*

Massa de texto – *fonte cambria (11 pt)*

Subtítulos - *fonte Swiss921 BT (12 pt)*

Legendas das fotos - *fonte cambria itálico (12 pt)*

Crédito das fotos - *fonte cambria, em caixa alta (7 pt)*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação do homem com os outros animais é um tema desafiador. A escolha pela abordagem do tema com enfoque na cidade de Bauru foi extremamente feliz. O município acaba de ganhar um conselho de proteção e defesa dos animais e a maior parte das Organizações Não Governamentais, ONGs, da cidade são ligadas à causa animal. Assim, o contato com o conselho e com as organizações, ainda no princípio do projeto, trouxe a tona muitas possibilidades de pautas para a revista que viria nascer.

Soma-se ao desafio do próprio tema, o fato de o objeto principal da pesquisa, os animais, não poderem ser eles próprios as fontes da revista, dada a impossibilidade óbvia de entrevistá-los.

Se falar com os animais é impossível, só restou investigar. Nesse processo, cair no âmbito jurídico foi inevitável. Para concretizar a proposta de fazer um retrato da realidade da relação homem-animal tendo Bauru como microcosmo, buscou-se conhecer a legislação municipal, estadual e federal. Munida de conhecimento jurídico sobre os animais, foi mais fácil encontrar as pautas e questionar as fontes.

Ao final, o que vemos na revista é um reflexo do que acontece em todo país em relação à legislação: muitas vezes as leis ficam apenas no papel. O caso das carroças é emblemático. Apenas uma carroça está regular no município. E basta caminhar atento pelas ruas da cidade, principalmente em bairros periféricos como Tangarás e Jardim Redentor, para ver que há muitos animais usados como tração. Completamente desprotegidos, eles trabalham à mercê de seus donos, levados a puxar carroças em meio a um trânsito não mais pacato. Muitos trabalham até o limite. É justo? Devemos deixar para lá? Porque devemos nos importar com a situação desses animais?

É no campo filosófico que o assunto parece pulular. Nem toda lei é sinônimo de moralidade e ética, e assim quando se fala em direitos animais, talvez mais que nas leis, adentramos no mundo da filosofia, da ética e da moral. Que direitos têm os animais e que direitos temos nós sobre a vida deles?

Questões polêmicas, que dividem opiniões, geram paixões e discordâncias tendem a impor barreiras ao trabalho do comunicador social. Para a realização da Revista “Bauru Animal” foram necessários mais de cinco ofícios assinados pelo orientador. O repórter, que precisa de fontes, nem sempre pode contar com a prontidão dos entrevistados. Muitas vezes foi preciso convencê-los, conquistá-los, buscar quebrar a formalidade. Falar dos animais pode ser desconfortável, dependendo do uso que se faz deles. Se, como disse George Orwell, jornalismo é publicar aquilo que alguém não quer que se publique (todo o resto é publicidade), temos o dever de falar de assuntos delicados.

É a partir de algo que o jornalista leva ao público por meio de seu trabalho que se suscitam debates na sociedade. A mídia, em geral, pode contribuir para despertar a sensibilidade na relação do ser humano com outros animais, com o meio ambiente e com o próprio ser humano.

As matérias não são imparciais nem indiferentes, seja na política, no esporte, na cultura ou na ética. Pode-se propagar o machismo, o sexismo, e diversos preconceitos, ainda que não se tenha essa finalidade. O especismo está arraigado na nossa cultura, sendo comum que se reflita nas abordagens jornalísticas.

Para que mudem as leis que protegem os animais, e mais que isso, para uma reeducação da sociedade nas atitudes em relação a eles, é preciso colocá-los em pauta, suscitando o debate sobre seus direitos. Só assim os olhos da política se voltarão de verdade às questões animais, as leis que os protegem serão fiscalizadas e melhores leis para eles virão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Silvana (Org.). **Visão abolicionista: Ética e Direitos Animais**. São Paulo: LibraTrês, 2012.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. 2 As técnicas do jornalismo. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BOAS, Sergio Vilas. **O estilo magazine**: o texto em revista. São Paulo: Summus, 1996.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo Ecológico**: A expansão biológica da Europa 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos Animais**. Campos do Jordão, SP: Editora Mantiqueira, 2004.

LEVAI, Laerte Fernando. Crueldade consentida – Crítica à razão antropocêntrica. **Revista Brasileira de Direito Animal**. Salvador. n.1 Vol. 1, jan. 2006. Seção Doutrina. Disponível em: < http://www.animallaw.info/journals/jo_pdf/Brazilvol1.pdf > Acesso em 05 nov. 2012.

LIBORIO, Marcus. Animais na rua provocam acidentes em Bauru. **Jcnet.com.br**, c2012. Disponível em: < <http://www.jcnet.com.br/Bairros/2012/11/animais-na-rua-provocam-dois-acidentes-em-bauru.html> >. Acesso em: 8 nov 2012.

MARTINS, Eduardo. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo** 3ª edição, São Paulo, 1997.

MEDINA, Cremilda de Araújo. 1942- **Entrevista, o diálogo possível**. 5 ed. São Paulo: Ática, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MILHARES de pintos são enterrados vivos em vala na Grande Florianópolis. ANDA – c2008-2012. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/17/08/2012/milhares-de-pintos-sao-enterrados-vivos-em-vala-na-grande-florianopolis>>. Acesso em: 17 ago 2012.

OSHIRO, Vitor. Problemas de animais soltos na rodovia estão longe de uma solução. **Jcnet.com.br**, c2012. Disponível em:

<http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=197823&ano=2010>. Acesso em: 10 out 2012.

POTTER, Deborah. **Manual de Periodismo Independiente**. Mildred Solá Neely, 2006.

SOUZA, Josiele Maria de. **A televisão e os animais**: a maneira como a mídia televisiva reflete a ideia de que os animais são objetos. 2006. 118 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Jornalismo) – Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina, São José, 10 de dezembro de 2010.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

6. APÊNDICES

Pautas e trechos das entrevistas utilizadas nas matérias da Revista “Bauru Animal”. As matérias publicadas em formato de entrevista (“Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos

Animais completa um ano”, página 4 da revista, com a íntegra das falas dos conselheiros sobre o órgão, “Entrevista com José Rodrigues Neto”, página 10 da revista, e “A opinião de quem faz”, página 24 da revista) terão como apêndice apenas a pauta, já que as entrevistas estão no produto.

Apêndice A – “Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais de Bauru completa um ano”

PAUTA/ROTEIRO

Retranca: O primeiro ano do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais (COMUPDA) de Bauru

Gênero: Reportagem

O COMUPDA começou a atuar em 2012, mas estava para sair faz tempo em Bauru, SP. A Lei nº 5.951 cria o Conselho e estabelece que sua formação seja heterogênea, com representantes dos setores públicos e privados e terceiro setor. Questões relacionadas aos animais são polêmicas, precisam de políticas públicas e os problemas na cidade são muitos.

Encaminhamentos: Explicar o que é o Conselho, quem participa, quais as principais pautas que discutiu no ano de 2012, como foram as reuniões, presenças, faltas, pontos que geraram mais discordância, pontos que avançaram, a formatação do grupo. O Conselho tem conseguido proteger e defender os animais? Como, por quê? Não esquecer o serviço: o conselho é aberto a todos e as reuniões acontecem toda 3ª quinta-feira do mês, das 9h00 às 12h, no prédio do Centro de Referência e Saúde do Trabalhador (CEREST).

Entrevistas: Conselheiros: Beatriz (presidenta), Luiz Pires (secretaria do meio ambiente e zoológico), Neto (Secretaria da Saúde e CCZ) e Fátima (UNESP e Naturae Vitae)

Apêndice B – “Animais usados na segurança pública”

PAUTA/ROTEIRO: Cães e Cavalos da PM: Animais usados na segurança pública de Bauru

Gênero: Reportagem

Animais usados para a segurança pública. Em Bauru e região (referente ao Canil do Lago Sul e à Cavalaria). Os cavalos e cães usados em ações de segurança são comprados e treinados para tal. Por quê? Essa é uma das perguntas que a matéria deve responder.

Encaminhamentos: Quem são os “funcionários” não humanos que compõe a equipe da Polícia Militar de Bauru? Onde vivem e como vivem, para quê e como são treinados, qual é a rotina, em que ações costumam atuar?

Entrevistas: Comandante do Grupamento Montado da Cia. de Força Tática do 4º Batalhão, 1º Sargento Carlos Almir Boaventura; Marcelo Menezes Espino

Apêndice C – “Entrevista José Rodrigues Neto”

PAUTA/ROTEIRO

Retranca: Entrevista José Rodrigues Neto

Gênero: Entrevista

José Rodrigues Neto é Médico Veterinário e chefe da Seção de Controle de Zoonoses de Bauru, SP, onde trabalha há 20 anos. Um dos pontos da política de controle de zoonoses é a eutanásia de animais que representem ameaça à saúde humana. As entidades protetoras dos animais criticam essa política, e já houve acusação de que o CCZ de Bauru faria eutanásias em animais saudáveis.

Encaminhamentos: Explorar as questões relativas às ONGs, às atribuições do CCZ, à política com os animais e as eutanásias, suscitar o debate sobre as ações do órgão.

Apêndice D – “Movimentações apontam rumo à proibição dos veículos de tração animal de Bauru”

PAUTA/ROTEIRO

Retranca: Proibição dos Veículos de Tração Animal em Bauru.

Gênero: Reportagem

Movimentações apontam para a proibição dos Veículos de Tração Animal em Bauru. O projeto de mudança de lei deve ser encaminhado ao legislativo no ano que vem, mas a proibição não seria imediata e sim gradativa, no perímetro urbano de Bauru, com ressalvas. Há a questão do trânsito e da cidade não comportar mais esse tipo de veículo, e o sofrimento dos animais, que estão à mercê de seus donos sem qualquer proteção, pois a lei existe, mas não funciona, e não é fiscalizada.

Entrevistas: Luiz Pires, Dinair, Luiz Felipe, Beatriz, Baiano, Lázaro.

Apêndice E – “Gatos do cemitério, até quando?”

PAUTA/ROTEIRO

Retranca: Gatos no Cemitério da Saudade e a questão da Dona Maria

Gênero: Reportagem

Há um grande número de gatos no cemitério da Saudade, Vila Cardia, Bauru/SP, e o fato se arrasta há muitos anos. Eles habitam o cemitério e são alimentados por uma senhora chamada Dona Maria, que na visão da EMDURB é parte do problema. Problema esse que constitui questão de saúde pública, segundo gerente do cemitério e técnico do Centro de Controle de Zoonoses. O relacionamento da dona Maria com os funcionários é conturbado, ela não aceita intervenções em relação aos gatos. Na opinião dela eles estão bem ali e são muito bem cuidados por ela.

Informações adicionais: O assunto foi bastante discutido nos primeiros encontros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais de Bauru. Funcionário da EMDURB estiveram presentes em uma reunião relatando o relacionamento conturbado com a senhora Maria e os problemas como grande quantidade de fezes no cemitério, mau cheiro, animais doentes, violação de túmulos para guardar gatinhos e ração, reclamação de famílias à administração do cemitério.

Encaminhamentos: Explicar a questão da grande quantidade de gatos no cemitério e porque a administração da EMDURB não consegue resolver o problema que se arrasta há anos.

Entrevistas: Funcionários do cemitério, dona Maria, conselheiros do COMUPDA.

Apêndice F – “Animais nas eleições Bauru 2012”

PAUTA/ROTEIRO

Retranca: Animais nas eleições Bauru 2012

Gênero: Artigo opinativo

Animais nas eleições 2012 em Bauru. Os animais foram tema de promessas de vários candidatos. O assunto parece ter se popularizado e definitivamente chegado à política.

Informações adicionais: As entidades protetoras de animais da cidade se dividiram no apoio político, seguindo a conhecida tendência à desunião do movimento na cidade de Bauru.

Encaminhamentos: Apresentar o teor das promessas, apontar o viés utilizado pelos candidatos na campanha: proteção, exploração, soluções superficiais, etc.

Entrevistas: O artigo não necessita de entrevista.

Apêndice G – “Rodeio em Bauru: a polêmica continua e as montarias também”

PAUTA/ROTEIRO

Retranca: Rodeio em Bauru, a polêmica continua (e as montarias também!)

Gênero: Matéria complementar (acompanha a pauta sobre as eleições, aproveitando o gancho dos vereadores que se valeram do rodeio se promover).

Bauru ficou cinco anos sem rodeio. Desde 2009 ele voltou a ser realizado na cidade. Mas a polêmica continua. Esse ano a Expo ocorreu normalmente com vários dias de rodeio, sendo 1 dia de entrada gratuita, com realização da prefeitura e apoio da câmara municipal de Bauru. Mais uma vez foi realizado um abaixo-assinado. No primeiro semestre do ano houve manifestação em frente à prefeitura quando da realização do rodeio no Mary Dota.

Encaminhamentos: Como e porque Bauru ficou sem rodeio? Porque voltou a realizar? O rodeio ficou proibido por lei ou por decisão judicial? Qual é a diferença? Citar outros casos de proibição.

Entrevistas: Não necessita de entrevista.

Apêndice H – “Experimentação animal, porque tocar no assunto?” e “A opinião de quem faz”

PAUTA/ROTEIRO

Retranca: Experimentação animal, porque tocar no assunto?

Gênero: Reportagem interpretativa

Porque, apesar de todo avanço da tecnologia, ainda precisamos fazer experimentos em animais? Quem é a favor, quem é contra? Que leis regulamentam a experimentação? Falar dos Comitês de Ética. Eles realmente defendem os direitos dos animais?

Encaminhamentos: O tema foi assunto da mesa redonda da abertura semana da biologia. Falar sobre objeção de consciência. Ver também palestra magna de Laerte Levai no Encontro Nacional de Direitos Animais.

Entrevistas: profª responsável pelo LEFEX Unesp, Sergio Greif, alunas de biologia.

Apêndice I – O produto



EDITORIAL

A mídia, em geral, pode contribuir para despertar a sensibilidade na relação do ser humano para com outros animais, com o meio ambiente e com seus semelhantes. É a partir de algo que o jornalista leva ao público por meio de seu trabalho que, muitas vezes, se suscitam debates na sociedade. As matérias não são imparciais nem indiferentes, seja na política, no esporte, na cultura ou na ética.

Enquanto comunicadores sociais, podemos propagar o machismo, o sexismo, e diversos preconceitos, ainda que não tenhamos essa finalidade. O especismo, forma de preconceito e discriminação baseada na diferença entre as espécies, está arraigado na nossa cultura, sendo comum que se reflita nas abordagens jornalísticas.

Para que mudem as leis que protegem os animais, e mais que isso, para uma reeducação da sociedade nas atitudes em relação a eles, é preciso colocá-los em pauta, suscitando o debate sobre seus direitos. Assim, os olhos da política se voltarão de verdade às questões animais, as leis que os protegem serão fiscalizadas e melhores leis para eles virão.

A Revista "Bauru Animal" surge com a proposta de uma comunicação voltada à sensibilização e educação dos seres humanos em relação aos animais. O tema se mostra bastante transversal, abrangendo todas as tradicionais editoriais do jornalismo: economia, política, esporte, cultura, saúde, meio ambiente... A questão dos animais extrapola os recortes temáticos, e é trabalhada assim nas matérias aqui apresentadas, que propositalmente não estão organizadas em editoriais.

A missão desta publicação é trazer informações sobre como são tratados os animais na nossa sociedade e assim discutir seus direitos, com o recorte específico da cidade de Bauru. O direito animal é uma questão socialmente importante, que a mídia tem o dever de discutir.

Boa leitura!





BAURU ANIMAL

NÚMERO 1 / novembro 2012

4 CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS ANIMAIS
O primeiro ano de trabalho do COMUPDA

7 ANIMAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA
Cães e cavalos da Polícia Militar de Bauru

10 ENTREVISTA COM JOSÉ RODRIGUES NETO
O chefe do Centro de Controle de Zoonoses fala sobre leishmaniose e eutanásia

13 VEÍCULOS DE TRACÇÃO ANIMAL
A possível proibição das carroças em Bauru

17 GATOS NO CEMITÉRIO DA SAUDADE
As dificuldades da EMDURB em resolver o problema

20 ANIMAIS NAS ELEIÇÕES BAURU 2012

21 RODEIO

22 EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL
Precisamos falar sobre o assunto

24 A OPINIÃO DE QUEM FAZ
Entrevista com a responsável pelo Laboratório Experimental de Fisiologia do Exercício



Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais de Bauru completa um ano

Aos poucos o grupo vai se encontrando e dá os primeiros passos

O Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais (COMUPDA) de Bauru é um órgão colegiado, deliberativo, normativo e consultivo, criado pela Lei nº 5.951 de 02 de agosto de 2010. Mas foi preciso esperar até o final de 2011 para que os membros tomassem posse. Em janeiro de 2012 finalmente começaram as reuniões para discutir o regimento interno, que só foi publicado no Diário Oficial em junho. As reuniões são mensais, e os problemas relacionados aos animais da cidade são muitos. Apesar de certa desorganização e lentidão, algumas pautas interessantes aos animais foram discutidas ao longo das reuniões neste ano inaugural do corpo coletivo.

Formação do Conselho e as primeiras divergências

Ao todo são 28 membros, 14 titulares e 14 suplentes, divididos entre representantes governamentais e da sociedade civil. O cargo de conselheiro é considerado serviço público relevante e não prevê remuneração. Conforme definido por Lei, do setor público estão representadas a Secretaria Municipal da Saúde, do Meio Ambiente e da Educação, além do IBAMA (que nunca apareceu nas reuniões e nem justificou ausência) e da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. As ONGs de proteção animal da cidade que participam do Conselho são SOS Gatinhos, Naturae Vitae e Vida Digna. Uma carta indignada publica-

da em um jornal impresso de Bauru e assinada por Maria Dolores Barbosa Gómez, da União Internacional Protetora dos Animais - seção Bauru e Damair de Almeida, da Mountarat Sociedade de Proteção Ambiental contestou o fato de suas ONGs terem ficado de fora do Conselho.

No processo de formação do COMUPDA, tem-se uma situação típica da causa animal de Bauru: picuinhas e desunião entre pessoas e entidades. Se entre as próprias ONGs protetoras de animais não há consenso, os embates entre elas e os representantes governamentais também atrapalharam o andamento de algumas reuniões. No primei-

ro semestre deste ano, brigas pessoais permearam o final de um encontro e o início da reunião seguinte, levantando discussões que nada tinham a ver com os animais.

A heterogeneidade do COMUPDA é importante para que se encontrem soluções aos problemas relativos aos animais. É uma oportunidade mensal de encontro e troca de ideias, bem como de apoio mútuo entre as partes. Com os desentendimentos, não há dúvidas: os animais são os maiores prejudicados. As ausências e a falta de comprometimento de alguns conselheiros são notáveis. O cargo de secretariado, de grande importância para o

andamento dos encontros, é um bom exemplo do descaso. Entre outras coisas, o secretário deve elaborar e assinar as atas das reuniões, ler a ata da reunião anterior, providenciar o livro de presença, organizar o arquivo do Conselho, assessorar, técnica e administrativamente a presidência do Conselho e até mesmo substituí-la em suas faltas, impedimentos ou ausência na ausência do vice. Várias pessoas assumiram e abandonaram o cargo, algumas sem dar qualquer satisfação à presidenta e aos demais conselheiros. As incumbências listadas estão bastante desorganizadas até hoje.

As missões do COMUPDA e as pautas do ano

A principal função do Conselho é a elaboração de políticas públicas de proteção e defesa dos animais domésticos, silvestres e de tração. O Conselho pode propor mudanças na legislação e encaminhar projetos de Lei. Mais que mudar a legislação é preciso mudar a atitude das pessoas em relação aos animais. Por isso sua atuação não deve se restringir a questão jurídica. O COMUPDA tem a missão de colaborar na construção de campanhas de conscientização e educação ambiental.

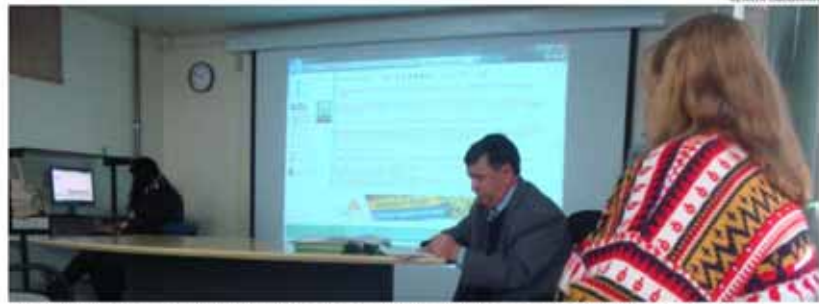
Uma das primeiras pautas discutidas foi a situação dos gatos do cemitério da Saudade. O assunto dos veículos de tração animal esteve presente em todas as reuniões, bem como o problema dos animais de rua. Essa parece ser a principal preocupação das ONGs protetoras de animais, que em sua maioria tem atuação voltada a gatos e cachorros, e não às espécies animais em geral. A castração, a falta de um hospital veterinário público e a criação de abrigos são assuntos recorrentes, que geram muita polêmica e até agora com consenso encontraram apenas uma solução: educar a população.

Convidados enriquecem os debates

Entre as atribuições da presidenta do Conselho Beatriz Schuler, está convidar especialistas ou entidades para participarem das sessões (sem direito a voto). Este ano o Conselho recebeu o gerente de necrópoles Paulo André e três funcionários do cemitério da Saudade para falar sobre o problema dos gatos. Em outra ocasião, o delegado titular do Distrito Policial de Crimes Ambientais Dinair José da Silva esteve presente falando sobre as atribuições da delegacia. Ele se disse muito contente com a criação do Conselho e aproveitou para registrar uma grande dificuldade que enfrenta: a falta de locais para depositar os animais apreendidos pela polícia, que muitas vezes acabam tendo que contar com o apoio das ONGs, sendo que as entidades que eventualmente recebem animais estão todas lotadas. Uma funcionária da Secretaria do Bem Estar Social também esteve em uma reunião, para acompanhar a discussão sobre a proibição das carroças.

Câmaras técnicas, comissões e grupos de trabalho

Para assuntos que exigem estudos específicos, o plenário do conselho deve criar câmaras técnicas, comissões e grupos de trabalho. Podem participar conselheiros titulares ou suplentes, ou ainda representantes indicados formalmente pela presidenta. Um exemplo bem-sucedido é o



O delegado titular do Distrito Policial de Crimes Ambientais Dinair José da Silva na reunião do COMUPDA

Presidenta do COMUPDA e da ONG Vida Digna, Helena Beatriz Schuler Cassa da Silva

Com a palavra, os conselheiros

“As pessoas que são conselheiras, na realidade, muitas foram simplesmente escaladas para ocupar uma cadeira, sem ter a mínima noção do que o COMUPDA abrange. Muitos representantes faltam demais. A gente percebe que não é colocado como prioridade na agenda de quase ninguém, então acaba sempre aquela meia dúzia de pessoas abraçando o peso maior, como normalmente ocorre em grupos voluntários. Está faltando um elo entre todos os membros, e a vontade de querer crescer enquanto Conselho Municipal. A maioria gosta de animais, mas não tem o lado do idealismo, de fazer as coisas acontecerem. Então tem alguns representantes que você percebe que são passivos, não são ativos. São 28 representantes, seria bom se nós tivéssemos maior participação. Por exemplo, nós tivemos quatro reuniões nas quais foram especificadas tarefas que não foram cumpridas. Isso deixa a gente muito frustrada. E você não pode fazer tudo, grupo é grupo. Eu gostaria que houvesse atividades onde os conselheiros e demais voluntários da proteção animal pudessem fortalecer o elo. Acho que a gente tem que realmente mudar uma época em relação aos animais.”

5

“Pelo que eu sinto, a demanda é imensa. A cidade está atolada em problemas em relação aos bichos. A gente decidiu que o primeiro assunto ia ser carroça, que é um consenso. Vamos aproveitar. Mas a castração é um problema sério, antigo na cidade, não é agora com esse prefeito, com esse CCZ. A carência para a gente resolver problemas é grande, então é aquela história, tudo é prioridade, mas vamos aproveitar a questão das carroças. Quando se fala de castração, vem um monte de empecilho. Então não vamos começar batendo de frente. Vamos aproveitar que também é um problema sério o dos cavalos. Vamos por partes. Vai demorar? Vai demorar. Talvez a gente não consiga fazer um décimo do que precisamos e gostaríamos no decorrer desses dois anos da primeira gestão, mas pelo menos estamos andando.”

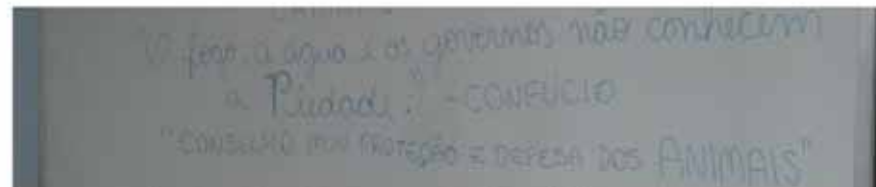
Membro representante da Faculdade de Biologia da UNESP no COMUPDA e presidenta da ONG Naturae Vitae, Fátima Schroeder

“É um pouco complicado nesse início. Existe muita tendência nessa questão com os animais. O grande problema é que muitas pessoas levam isso para o lado da paixão e não da razão. Então a gente tem pessoas ali, chamadas protetoras, que se preocupam com o indivíduo, com aquele animal, e não com políticas para resolver o problema da espécie, ou da situação. Nós temos no Conselho uma diversidade bem interessante de ideias. Isso cria até um choque, então toda vez que você vai discutir um tema, ele é abordado de diversos lados, porque não adianta, aquele que só pensa no indivíduo não quer nada que prejudique aquele bicho. Alguns temas têm avançado sim. Agora, as pessoas precisam entender que o COMUPDA não é um órgão executor, é para tentar criar políticas, é um órgão de cabeça, pensante. As pessoas vão lá querendo que resolva o problema na hora. O COMUPDA é para discutir o macro, para sugerir medidas. A gente propõe política. Quem vai executar são outros atores.”

Membro representante da Secretaria do Meio Ambiente no COMUPDA, zootecnista e diretor do zoológico de Bauru Luis Antonio Pires

“São poucas as pessoas que fazem parte do COMUPDA e que conseguiram entender qual é a função de um Conselho. A função não é operacional, executiva. Eu vejo uma ansiedade com relação a certos problemas que não é função do Conselho resolver. Temos que ser mais racional e menos passional. Eu acho até interessante que o Conselho tenha essas diferenças. Na primeira reunião eu falei, a gente tem que se desarmar porque se a gente chegar com um time para cá e um time para lá não vamos a lugar algum. Até hoje teve gente que não entendeu. Quem sabe como as coisas funcionam no serviço público sabe a burocracia. As coisas não são tão ágeis como a gente imagina. Vamos com calma. Sem contar que ano eleitoral é complicado para mexer com determinados assuntos. Então não importa que a gente demore para resolver um problema, quando resolver é definitiva. Menos um problema para os animais.”

Membro representante da Secretaria da Saúde no COMUPDA, Chefe da Sessão de Controle de Zoonoses de Bauru José Rodrigues Neto



Frase que esteve na lousa do auditório onde ocorrem as reuniões do COMUPDA durante vários encontros do grupo

Serviço: As reuniões são abertas à população e acontecem as terças quintas-feiras do mês, das 9h às 12h, no auditório do Centro de Referência e Saúde do Trabalhador (CEREST), Avenida Nações Unidas, 26-80, Vila Universitária.

O treinamento dos cães também começa cedo, desde filhotes, a fim de verificar se possuem aptidão para o que a polícia deseja. Com sete meses ou um ano, dependendo da raça, um cão poderá estar pronto. O treinamento é contínuo e vai até a aposentadoria dos animais, normalmente aos oito anos de idade.

Para farejar entorpecente, o cão treina com um brinquedo com o odor da droga. Ele é condicionado a encontrar o objeto com determinado cheiro, e recebe uma recompensa por isso, através de um estímulo positivo, como conta o soldado Marcelo de Menezes Espino.

Da mesma forma que o sargento Boaventura, Espino chamou a atenção para o poder intimidador dos animais com a polícia. "O efeito psicológico dos cães e dos cavalos é uma coisa que você não tem noção. A gente já entrou em penitenciária em que tava apenas a tropa normal, todo mundo armado, e eles querendo vir para cima. Nós entramos e acabou a confusão. É impressionante, o pessoal tem medo mesmo. Impõe respeito."



Local onde são matidos os cães da PM de Bauru

REUTERS/THOMAS H. HART

9

O Centro de Controle de Zoonoses de Bauru está envolvido em algumas polêmicas, há acusações por parte das ONGs protetoras de animais de que seriam feitas eutanásias de forma irregular...

Muitas vezes são pessoas que criticam o trabalho que é feito aqui dentro porque ouviram falar que aqui se faz determinadas coisas. Mas não veio aqui dentro e não conheceu o trabalho. Algumas já vieram, outras é assim, 'lá eu não ponho meu pé, porque lá eles matam indiscriminadamente, matam no olhômetro'. A consciência dos profissionais que aqui trabalham está sossegada. Tudo que é feito aqui dentro tem amparo legal. A gente segue Normas Técnicas editadas pela Secretaria do Estado da Saúde ou pelo Ministério da Saúde.

O que cabe ao CCZ, em relação aos animais?

Qualquer pessoa pode trazer seu animal aqui. A diferença é que não é uma clínica veterinária, a gente foca única e exclusivamente a questão de zoonoses. Se a pessoa traz o animal que está com alguma outra coisa, a gente vai pedir que procure uma clínica veterinária. 'Ah, mas eu não tenho dinheiro'. Não existe SUS [Sistema Único de Saúde, serviço público] para cachorro e gato. Por isso a história da posse responsável. Analise se você tem condições financeiras para manter um animal.

- Entrevista -

*José Rodrigues Neto,
médico veterinário do
Centro de Controle de
Zoonoses de Bauru
e membro do Conselho
Municipal de Proteção e
Defesa dos Animais*



Um "SUS para cachorro" seria bem-vindo?

Essa é uma questão extremamente controversa. Não seria ligado à Secretaria de Saúde, porque a nossa questão é saúde pública. É uma questão política, minha área é técnica, não tenho nada a ver com isso. E nem sou contra a questão. Eu só acho que isso precisa de um consenso entre a administração, o Conselho Regional de Medicina Veterinária, já que vai ser um serviço público e gratuito, e que vai interferir na vida dos profissionais, porque, a partir do momento que você institui um serviço desses, é público. Sendo rico ou sendo pobre, a pessoa tem acesso ao serviço público.

É por isso que a gente não fala da história da castração. Utilizamos isso para fazer castração nos animais que estão aqui dentro alojados. Eventualmente a gente acaba fazendo para pessoas que vemos que gostam do animal, tem cuidado com o bicho, mas não tem mesmo condições de

pagar para fazer a castração. Só que não temos uma assistente social para verificar a condição socioeconômica da pessoa. Porque a gente não anuncia castração? Exatamente para não acabar castrando animais de quem não precisa. Porque é o que vai acontecer se eu abro as portas aqui, vai acabar vindo quem tem condições de levar numa clínica e pagar.

Mas você não acha que seria interessante a castração em massa, pela questão das zoonoses?

As zoonoses estão diretamente ligadas a um des controle da população animal, isso é fato. Mas não é só isso. O des controle da população animal nós sempre tivemos. O problema é que as condições ambientais foram piorando cada vez mais. O povo tá cada vez mais porco. É triste falar um negócio desses, mas é verdade. É um absurdo você ter 14, 15 funcionários trabalhando numa equipe de fiscalização para eles

dizerem para você 'você está autuado para limpar seu terreno, ou o quintal da sua casa'. A que ponto chegamos!

É lógico que o des controle da população está diretamente ligado a questão de zoonoses. Agora, o negócio vem muito lá para trás. O homem está colhendo o que plantou. O ser humano acabou com tudo, está acabando com tudo. Essa história de leishmaniose estava lá enfiada no meio do mato. Era uma doença tipicamente do meio rural, na verdade do meio florestal. Tinha lá a raposa, os animais, o mosquito, tava tudo joia. O homem entrou, desmatou, matou os bichos e pôs o cachorro. O mosquito não morre, você não vai conseguir erradicar nenhuma espécie, primeiro que isso é crime, porque ela está aí, ela tem uma função nessa história toda. Aí o que acontece, o homem pôs o cachorro, coitado, o mosquito se adaptou ao cão.

O mosquito da leishmaniose deposita seus ovos em matéria orgânica em decomposição. Lá no meio do mato era folha, fruta, que estava caída no solo. Agora o homem desmatou, espalhou lixo orgânico pra todo lado, foi criando condições cada vez mais para a doença...

Quais são os maiores problemas que vocês tem aqui em relação aos animais?

Hoje o problema maior é mesmo leishmaniose. Tem alguns casos de raiva em morcego no município, são

três casos isolados, em espécies que tem o hábito de se deslocar por distâncias muito grandes então a gente não sabe se esses morcegos vieram de fora e acabaram caindo aqui. A gente recolheu isso e mandou para laboratório. Já a leishmaniose a gente tem uma quantidade de casos enormemente maior que de raiva. Porém é uma doença que tem tratamento. Não tem cura. Essa é outra discussão que o pessoal das ONGs fica inconformado.

O ser humano é tratado. O cão não é tratado. É não é porque o CCZ de Bauru não quer tratar. Existe uma norma do Ministério da Saúde proibindo o tratamento de cães. Porque é proibido utilizar as mesmas drogas que se utiliza no ser humano para tratar o cão. O uso indevido dessas drogas pode criar resistência no protozoário e daqui a pouco nós não vamos mais nem ter drogas para tratar o ser humano. Esse é um dos motivos. A possibilidade de transmissão de um ser humano para outro é muito pequena.

A temperatura corporal do cão é maior que a nossa. O protozoário procura a periferia do cão. O cachorro pode estar lindo, saudável. Se ele fez o exame e deu positivo, a chance dele transmitir é igualzinha. Tratou o cachorro? Ele pode transmitir a doença. É por isso também que o Ministério não recomenda o tratamento de cães. O cão portador de leishmaniose é um reservatório da doença. Seja ele assintomático, quer dizer, apresentando poucos sintomas, ou sintomático, com a doença visível e mais evidente. A chance de transmissão é a mesma.

É uma ação coletiva mesmo...

Coletiva! Todas as doenças transmitidas por vetores dependem de ações coletivas. Principalmente no que diz respeito à infraestrutura. Ninguém trata o lixo da maneira como devia tratar. Ninguém quer saber para onde vai. E o pessoal da proteção animal fala assim: 'mas vocês ficam matando, matando, matando cachorro, isso não vai resolver'. E não vai mesmo.

Então vocês também não acham?

Eu tenho certeza que não, essa não é a solução para o problema da leishmaniose, não é a solução para o controle de população animal. Em hipótese alguma. Ninguém do Ministério, da Secretaria do Estado, do município acha que essa é a solução. O cachorro não é o grande culpado dessa história, é tão vítima quanto a gente. Pior ainda, porque paga com a vida. O ser humano ninguém mata, o cachorro mata.

Quem faz as eutanásias?

São os quatro veterinários, todos fazem. Mas é rotativo. A gente se reveza, cada semana é um que faz. Não é uma coisa agradável para ninguém.

Animais saudáveis são eutanasiados?

Não, apenas em situações extremas. Por exemplo, o cão que não



Como é a situação da leishmaniose em Bauru hoje?

O Manual de Controle de Leishmaniose classifica o município. Em Bauru o percentual de positividade em cães é de 7 a 10 em cada 100. Hoje estamos no topo da gravidade da coisa. Infelizmente a leishmaniose veio para ficar e nós temos que aprender a conviver com isso.

É uma doença que está diretamente ligada a questão socioambiental. As regiões da cidade onde você tem condições sociais e ambientais mais complicadas como aqui (próximo ao CCZ Bauru), fundo de vale com córrego que corre com esgoto a céu aberto, locais onde a população descarta lixo, essas áreas estão mais expostas. É onde acontecem casos humanos.

Cão a gente tem espalhado na cidade inteira, seja na classe A, B, C, D. Mas em humano, a condição dele próprio é muito importante para a transmissão. A pessoa tem uma doença de base, tem tuberculose, ela já é uma pessoa com uma capacidade imunológica mais baixa. Se ela contrai é mais difícil tratar.

Tem muita pesquisa sobre a doença hoje. A verdade é que enquanto isso estava lá no Nordeste, outra região, tava lá. A partir do momento que começaram casos no Estado de São Paulo, morrer gente, passaram a pesquisar mesmo.

Se eu faço um exame no meu cão e dá positivo para leishmaniose, sou obrigado a entregá-lo para o CCZ fazer eutanásia nele?

Existe a obrigatoriedade de a pessoa entregar, mas o que ela faz? 'Ah, o cachorro já morreu'. Ou leva para a casa da irmã que mora em outro bairro. E não é que a gente só coleta. A gente faz a questão do manejo ambiental. Chega na residência, 'olha, aqui o senhor precisa manter limpo, recolher as frutas que caem da árvore no quintal, recolher as fezes dos animais, não deixar seu cão solto na rua.' De dia o mosquito tá dormindo. A atividade do flebótomo é das 18 para a frente. Ele tem uma atividade crepuscular. Você solta seu cão ele vai direto ao terreno baldio fuçar, onde tá o mosquito. Existe uma série de fatores. Você limpa seu quintal, seu vizinho não limpa. Você toma o maior cuidado com o seu cão, seu vizinho não.

é sociável. A pessoa traz o animal aqui e diz que ele já mordeu três pessoas. Nós o mantemos aqui um tempo para ver se ele sociabiliza, porque se ele for muito perigoso não pode ser doado. Algumas raças tem uma propensão, mas a maneira como as pessoas criam os animais é importante.

Existem critérios: primeiro os cães que são eutanasiados porque estão doentes, seja uma zoonose ou uma doença que comprometa a condição dele e dos outros animais daqui. Vamos supor que ele está com fratura exposta. Se for grave, não tiver condições de recuperar vai para eutanásia para preservar inclusive o bem-estar dele. Desde 2004 até 2012 a gente fez uma quantidade grande de eutanásia todos os meses.



Medicamento utilizado na eutanásia de animais (acima) e gatos do CCZ para doação em frente à feira de domingo, no centro de Bauru (abaixo)



Dados fornecidos pelo médico veterinário chefe da seção de Controle de Zoonoses, José Rodrigues Neto

Casos humanos de LVA* EUTANÁSIAS¹

*Leishmaniose Visceral Americana

Ano	Casos	Óbitos	Ano	Animais
2003	17	01	2003	528
2004	29	03	2004	2270
2005	36	06	2005	2438
2006	73	04	2006	4452
2007	40	07	2007	4325
2008	79	09	2008	4754
2009	44	01	2009	4940
2010	33	-	2010	4208
2011	42	05	2011	4030

ADOÇÕES		CASTRAÇÕES	
Ano	Animais	Ano	Cães Gatos
2007	343	2007	01 26
2008	352	2008	02 28
2009	920	2009	03 89
2010	1068	2010	06 198
2011	1102	2011	22 221

¹ 80% desses animais apresentavam sintomatologia clínica e/ou exames laboratoriais que confirmaram LVA, o restante foi submetido à eutanásia por outros critérios técnicos

Movimentações apontam rumo à proibição de veículos de tração animal em Bauru

Os carroceiros ficariam proibidos de circular no perímetro urbano do município. Os passos para a proibição e suas implicações estão sendo estudados pelo Conselho de Proteção e Defesa dos Animais. A EMDURB e o CCZ, órgãos responsáveis por fiscalizar os veículos de tração animal segundo Decreto de 2010 que não pegou, simpatizam com a iniciativa pela proibição. No entanto, nada oficial foi feito ainda devido ao ano eleitoral.

O dia começa cedo para Ringo. Por volta das 6 da manhã Juninho o arrea e o conduz com a carroça até a unidade bauriense da Cia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, CEAGESP. A essa hora, Baiano já espera o neto de 14 anos chegar com o cavalo. Baiano vai com a carroça carregada com as caixas de frutas e verduras para sua casa e pela tarde conduz Ringo com a mercadoria até o local onde a comercializa, no bairro Jardim Redentor. Ringo puxa a carroça com as caixas de fruta e o cachorro PitBull, um vira-lata preto que acompanha seu Baiano em sua rotina diária deitado bem a vontade em cima do veículo. Quando chegam ao destino, Baiano amarra Ringo em uma árvore e descarrega a carroça. Ali na calçada, em frente a um terreno que serve de estacionamento para carros, eles permanecem de tarde até a noite. Inclui-se aos fins de semana. Algumas vezes vão a Guaiunã, em Pederneiras, quase 30 quilômetros de Bauru, buscar mandioca. "Eu ponho 10 caixas de mandioca nele. Só que eu não venho pelo asfalto, venho pela terra de chão. Que é para não desgastar o casco". Segundo Osvaldo Gonçalves Limaes, o seu Baiano, essa é a rotina dele e de seu cavalo Ringo. Ele garante que não bate e não maltrata o animal, e é completamente contra quem faz isso.



A rotina do carroceiro Baiano e o cavalo Ringo



Lázaro Ferreira, morador do Jardim Panorama, também transita com uma carroça pelo bairro Jardim Redentor. A burrica "Menina", de sete anos de idade, é quem puxa o carro. Ela mora no bairro Ferradura Mirim, na casa de um colega de Lázaro, que a emprega em média três dias por semana para ele trabalhar carregando galhos, folhas e restos de podas de árvores.



A burrica "Menina"

Municipal de Proteção e Defesa dos Animais em setembro acompanhando as discussões sobre os VTAs. Alguns levantamentos devem ser feitos a fim de verificar se a Secretaria já possui algum estudo em relação à inclusão de carroceiros e menores de idade no mercado de trabalho. Uma parte importante para a abolição do uso de animais como tração em Bauru.



Placas de identificação que seriam colocadas após aprovação do condutor, da carroça e do animal pela EMDURB e o CCZ, segundo Decreto; apenas a A-001 foi colocada desde 2010.

Como deveria funcionar hoje

Se houvesse de fato a fiscalização amparada pelo Decreto nº 11.213, que regulamenta a Lei nº 5632, nem Baiano, nem Lázaro, nem a grande maioria das carroças que circulam em Bauru poderiam estar nas ruas. Mas desde que o Decreto passou a valer, apenas uma carroça foi regulamentada pelo Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) e pela Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru (EMDURB). Porque será que a Lei não funciona?

Lei nº 5632, de 25 de agosto de 2008

A Lei que disciplina cadastramento dos veículos de tração animal, expedição dos registros, licença para condutores e dá outras providências é a Lei nº 5632, de 25 de agosto de 2008, de iniciativa do Poder Executivo na época do mandato do prefeito José Gualberto Tuga Martins Angerami.

Entre outras coisas, ela determina que o condutor deve renovar sua licença e o registro do veículo de tração animal todo ano, o registro e avaliação dos animais deve ser renovado semestralmente e para obter a licença de condutor de VTA, deve-se passar por um curso sobre normas de trânsito e transporte, sem taxa para o interessado.

Decreto nº 11.213, de 15 de abril de 2010

O Decreto chega dois anos depois da lei, a fim de regulamentá-la, trazendo as incumbências da administração e fiscalização dos veículos de tração animal para exploração dos serviços de transporte de carga em veículos de tração animal, na cidade de Bauru. Ele determina que o gerenciamento é de competência da EMDURB e CCZ. O condutor deve possuir idade mínima de 18 anos, conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro. Ele deve passar pelo curso preparatório citado na lei, válido por três anos. Para conseguir o alvará é necessária, entre outras coisas, uma Declaração socioeconômica do interessado, indicando que não possui emprego remunerado ou registro como autônomo. O veículo deve estar registrado na EMDURB, e o registro precisa ser renovado anualmente. A carga não pode ultrapassar 120 quilos. Nos veículos os pneus devem ser, no mínimo, de aro 13 e ainda, devem conter freio mecânico para estacionamento. A carroça deve conter adesivos que refletem luz.

No Decreto há um artigo que veda o transporte de animais através de meio que lhes produza sofrimento. Se determinações claras e objetivas não estão sendo fiscalizadas, imagine essa.



Fotos tiradas em Bauru mostram as patas de diferentes animais que puxam carroça. Quando há alguma coisa, é pneu de moto. O artigo 24 do Decreto 11.213 diz que somente será permitida a circulação de veículos de tração animal quando o animal estiver com ferraduras.



Animais soltos na cidade: risco de acidentes

Luiz Felipe afirma que o principal entrave ao cumprimento da lei para os carroceiros é a exigência de uma declaração informando o local em que o animal será mantido quando não estiver em circulação. "Estamos tentando alterar isso, mas não é fácil. Nós precisamos realmente de algo que compree que o animal tem um lugar. Para não deixar na rua, no meio de uma praça, causar um acidente", explica. Em conversa com técnicos do CCT, eles concordaram que vai chegar uma hora que o correto é proibir esse transporte no município, pelo menos na zona urbana.

O delegado titular do Distrito Policial de Crimes Ambientais Dinair José da Silva reclama da quantidade de animais soltos pela cidade, entre bovinos e equinos. "O cidadão tem que saber que se aquele animal vier a causar um acidente, ele é o responsável".



O médico veterinário José Rodrigues Neto afirma que pneu de moto está longe de ser o ideal, e se colocado de forma indevida ou com prego enferrujado pode causar infecção grave no animal.

Mudanças na legislação, a proibição e o Conselho

A opção pela abolição das carroças no perímetro urbano ganhou força em 2012 com a instituição do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais (COMUPDA). Desde o início das reuniões mensais do conselho, o assunto dos veículos de tração animal, VTAs, é abordado. Diferente de outros temas que costumam gerar debates acalorados entre os membros, a opção pela abolição dos VTAs em perímetro urbano foi unânime.

Em junho foi formada uma Câmara Técnica com a missão de estudar os procedimentos para que a abolição ocorra de maneira gradativa e bem planejada. "Estamos analisando qual deve ser a política que o Conselho vai propor para essa questão. Vamos buscar algumas legislações que já foram implantadas em municípios do porte de Bauri. Não adianta querer criar uma política do nada se já temos municípios que enfrentaram esse problema", afirma Luiz Pires, 2º secretário do COMUPDA e membro da Câmara Técnica de veículos de tração animal. "Nessa não tem mais como, mas para a próxima administração o COMUPDA vai propor uma política visando à abolição dos VTAs no perímetro urbano do município", garante o conselheiro.

A Câmara Técnica concluiu seus estudos e apresentou na reunião de outubro um modelo, bastante prudente e ponderado, de como seria o projeto de lei propondo o fim do uso dos animais como tração. O projeto ainda não está pronto para ser encaminhado ao Executivo, o que só será feito após votação e aprovação em reunião do Conselho.



Os animais

Um dos pontos na discussão sobre o uso de carroças é a condição de trabalho dos animais de tração. Os diversos casos de animais vítimas de abuso por parte de seus condutores reforçam a necessidade de uma nova providência legal, uma vez que a tentativa de normatização não funcionou. "A verdade é que nós temos tido muitas ocorrências de acidentes com cavalos. Eu acho que, tecnicamente, trafegar carroça em via pública é expor o animal e o cidadão ao perigo, mesmo porque muitos carroceiros andam em carroças totalmente sem condições. Eles podem extenuar o cavalo de tanto fazer esforço", declara o delegado Dinair José da Silva. Ele lembrou os casos dos cavalos Fuzil e Cacique, ambos encontrados em estado lamentável. Os casos tiveram repercussão notável na mídia local no ano passado.



"Eu? Eu sou um jumento. Não sou bicho de estimação. Não tenho nome, nem apelido, nem estimação. Sou jumento e pronto. Na minha terra também me chamam de jegue. E me botaram pra trabalhar na roça a vida inteira. Trabalhar feito jumento, pra no fim... nada. Minha pensão? Nem uma cenoura. Acho que é por isso que às vezes também me chamam de burro. Eu nem me incomodo, mas outro dia eu tava subindo o morro com quinhentos quilos de pedra no lombo. Tava ali subindo quando ouvi um paid'êgua falar assim: 'Mas que mula preguiçosa sô!' Fui ver e a mula era eu [...] fui seguindo naquela escuridão, naquela humilhação, naquela solidão que nem sei. Não sou disso não, mas me deu uma vontade arreata de chorar, e chorar, e chorar aos soluços. E pensava com meus borbotões: Jumento não é o grande malandro da praça, trabalha, trabalha de graça [...]"
(Chico Buarque, Os Saltimbancos – O jumento)

Em janeiro de 2012, durante manifestação contra os maus tratos aos animais, ONGs de proteção animal de Bauri recolheram assinaturas pela abolição das carroças na área urbana do município. O abaixo-assinado continua recebendo assinaturas e, segundo Beatriz Schuler, presidenta da ONG Vida Digna e do COMUPDA, será uma ferramenta a mais para quando o Conselho se manifestar sobre a questão.

Há um longo caminho para que a abolição aconteça. Vai haver muita repercussão, discussão e ao menos uma audiência pública sobre o assunto, em que o maior interessado, o animal, já está em desvantagem, pois não tem direito nem meio de voto. A seu favor, apenas os humanos com quem puderem contar.

Gatos no cemitério, até quando?

O cemitério da Saudade, localizado na Vila Cardia, próximo ao centro de Bauru, é mais que um terreno destinado à sepultura de cadáveres humanos. É também a casa de um número incerto de gatos, mas que, nota-se, é grande e está descontrolado. O cemitério não é um local adequado para eles. Os animais ali configuram problema de saúde pública: as fezes, o odor e as possíveis zoonoses incomodam principalmente funcionários que trabalham no cemitério, além de frequentadores e famílias donas dos túmulos. Mas a administração não consegue resolver o problema, que esbarra na questão da posse responsável, políticas de controle de população de animais de rua, administração pública e a dona Maria.



RENATA TAKAHASHI

Quem é Maria

A Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru, EMDURB, é responsável pela administração dos cemitérios da cidade. Uma das dificuldades em resolver o problema da população de gatos no cemitério da Saudade está no diálogo

com a dona Maria. "Os gatos hoje no cemitério da Saudade são alheios à nossa vontade. A EMDURB é totalmente em desacordo com isso. É que nós ainda temos que conseguir uma forma de administrar isso, que não vá ferir a dona Maria, não vá prejudicar ela", lamenta o gerente dos cemitérios Paulo André.

Trata-se de uma senhora, conhecida antiga dos frequentadores do cemitério da Saudade. Enquanto caminhamos pelo cemitério, ela conta que alimenta os gatos todos os dias, de manhã e à tarde, desde a década de 70. Paulo André, gerente de necrópoles e funerárias da EMDURB há quatro anos, sabe dela há, pelo menos, mais de dez. O fato é que ela é fiel aos

gatos e é mesmo frequentadora assídua do local. Diz ter dois dos animais. "Os gatos precisam comer" Mas gatos em cemitério, principalmente em grandes quantidades, são um problema de saúde pública. E apesar de não haver nenhuma denúncia formal, Paulo André afirma já ter sido alertado que Maria usa os gatos para angariar gorjetas para seu próprio sustento.

Ela é totalmente contrária a qualquer intervenção em relação aos gatos. "Os gatos, o que tem os gatos? Se alguém mexer neles eu boto para correr!", responde Maria quando pergunto como poderíamos resolver a situação. Assim, a população de gatos do cemitério da Saudade permanece no local e os problemas se arrastam.

17

Em abril, Paulo André e mais três funcionários estiveram em reunião do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais. Os funcionários se disseram indignados com as moscas e o cheiro das fezes dos gatos. Também comentaram problemas de relacionamento com a dona Maria. O Conselho bem que tentou tocar no assunto, porém logo se chegou à conclusão de que, mesmo envolvendo animais, esse é mais um problema administrativo da EMDURB que uma pauta para o órgão.



RENATA TAKAHASHI

Maria se considera protetora dos gatos. Ela diz que, ao todo, são 28 gatos, apesar de o chefe da necrópole afirmar serem mais de 80. Para conseguir alimentos para eles, pede ajuda para as pessoas em dinheiro, mesmo dentro do cemitério, e diz contar com um restaurante do centro da cidade, que libera restos de comida sem custo para ela levar aos animais. O chefe operacional de necrópoles Adilson Mota, conta que outros alimentos que não ração, deixam as fezes dos gatos pastosas, malcheirosas e difíceis de limpar. Ele afirma já ter pedido a ela que não desse restos de comida aos animais, sem sucesso.

É proibido alimentar os animais

Por Lei, independente de ser resto de comida ou ração, ela não poderia alimentar os gatos no recinto do cemitério. Em janeiro deste ano Paulo André fez o pedido de sete placas à EMDURB, para distribuir entre as cinco necrópoles que administra, invocando a proibição à alimentação de animais nos cemitérios. O texto das placas seria baseado no artigo 2º da Lei número 4286/98 e no Decreto 11746/11. A punição

prevê multa, que também poderia ser indicada na placa. Até agora, as placas não chegaram. "Enquanto eu não tiver essas placas eu não posso estar sendo mais rigoroso com a senhora Maria. Atualmente, se a gente for falar com ela a gente é muito maltratado. Os funcionários reclamam bastante dela." Para 2013, ele pretende pedir também a colocação de câmeras.

Adicional de insalubridade

Outra reclamação contra a dona Maria é que ela deixa os alimentos sobre os túmulos e atrás destes, e não retira as fezes dos animais deixando o local fétido. Os coveiros Marcos e Aparecido por vezes encontraram gatinhos dentro de túmulos, alguns mortos. Pelas condições de trabalho, funcionários do cemitério recebem adicional de insalubridade. "Eles pleitearam isso porque constantemente estavam trabalhando junto com os animais. É um risco grande de infecção", justifica Paulo André.

Reféns

Paulo André conta que foi feito um abaixo-assinado, com participação

de funcionários, zeladores, frequentadores, algumas famílias, que contou com quase 50 assinaturas. No abaixo-assinado consta o relato do problema à diretoria: a administração do cemitério não pode capturar e/ou retirar os gatos devido à resistência por parte de uma senhora conhecida como dona Maria, que se torna muito raivosa, com ofensas a todos. Sobre a situação dos gatos, o gerente definitivamente afirma que o problema no cemitério da Saudade não são os animais. "Os animais, nós teríamos uma maneira digna de tratá-los, de retirá-los, de transportá-los, sem prejudicar ninguém, tenho certeza disso. Nos outros cemitérios nós não temos esse problema, porque nos outros cemitérios nós não ficamos a dona Maria. Nós ficamos um pouco reféns dela."



RENATA TAKAHASHI

Fora o abaixo-assinado, outros cinco processos referentes ao assunto dos gatos já foram encaminhados à diretoria por ele. Não fosse a resistência de Maria, sua proposta seria recolher uma certa quantidade de animais, com aprovação e consentimento dela, levá-los ao Centro de Controle de Zoonoses, cadastrá-los, fazer um check-up da saúde dos animais, selecionar os aptos para adoção e encaminhá-los em feiras. "E sempre evitando que viessem mais animais." Os gatos (e cachorros) precisam ser castrados, mas não há serviço público que cubra a enorme demanda.



Maria mostra a gata "Ceci", a mesma que saiu na foto do jornal Bom Dia quando ela foi tema de uma matéria em agosto: ela ficou muito contente com a publicação.

SEJA RESPONSÁVEL

O que preciso SABER antes de possuir um animal de estimação?

Se tenho recursos financeiros para mantê-lo.

Que o animal pode viver + de 12 anos.

Que ele precisa de cuidados constantes.

E se eu não for responsável?

- + Meu animal é culpado da culpa.
- + Causo em meio à saúde de toda a comunidade, incluindo-me também.
- + Eu posso ser penalizado por meus atos ou por outros em meio à saúde pública, conforme o Regulamento Municipal (Lei 4886/96). Algumas doenças são transmitidas ao animal para o homem (ZOOZOOSES), por isso a vacinação, a higienização ou a falta, que podem causar sérios problemas à saúde das pessoas.

Atenção!

Registre seu animal. Isso é poder garantir ao BSB (Bem-Estar Animal) uma melhor gestão e controle. A sua presença não é exclusiva, além de estar registrada em seu nome, que não pode ser usado por terceiros. C.C.Z. - Centro de Controle de Zoonoses, que é uma clínica especializada em zoonoses, não pode ser responsável. Não dependa de você.

Telefone: 3361-2848 ou www.bauru.sp.gov.br

Quais as minhas responsabilidades?

ABRIGAR: mantê-lo sempre limpo, oferecer ao posto de animal a proteção contra fugas ou agressões e desconfortos. O animal na rua, mesmo que por um curto período, pode contrair várias doenças.

PROTEGER: ao possuir um animal de estimação, desde que o animal seja mantido com carinho, que é por alguns meses, você pode:

PROTEGER: as áreas abertas ao movimento do animal e na hora de passear, mantê-lo e educá-lo para o caso. O banho regular é fundamental para a saúde do animal.

SABER: identificação adequada, inscrições regulares do fundamental para a saúde física do seu animal. Ele também precisa de vários exames após os 2 meses de idade. O serviço público oferece somente vacina anti-rábica. O animal deve ser levado ao veterinário sempre que necessário.

ACORDAR: saber que seu animal agita alguns. Caso não acordar, não terá que ser observado por um período de 15 dias, conforme o artigo 1º da Lei Municipal de 2008.

Porque preciso castrar meu animal?

Por meio da castração é possível a esterilização do animal e a redução da população de cães e gatos.

Ao diminuir a quantidade de animais podemos evitar:

1. Que os animais sejam agitados por outros.
2. Causar danos físicos, emocionais.
3. Propriedades e a saúde de pessoas.
4. Transmissão de doenças (zoonoses) entre o animal e o homem.

Folder do Centro de Controle de Zoonoses: campanha de conscientização pela posse responsável

19

Animais nas eleições 2012 em Bauru

Da proteção à exploração, eles protagonizaram promessas

Os animais estiveram presentes nos discursos políticos da eleição este ano em Bauru. Alguns candidatos levantaram a bandeira dos animais, outros exploraram o assunto pelo viés contrário.

O candidato a prefeito Clodoaldo Gazzetta, do PV, disse que se eleito criaria a Coordenadoria do Bem-Estar Animal, e prometeu cuidar da questão dos animais abandonados. A candidata a prefeita Chiara falou brevemente sobre implantar castração gratuita para animais cujos tutores não podem pagar por isso.

A candidata a uma cadeira na Câmara Municipal Fátima Schroeder construiu sua popularidade por meio de anos de atuação na ONG Natureza Viva, com foco na defesa dos animais. Tanto é que seu cognome político é "Fátima da ONG". O

também candidato a vereador Ricardo Barreira prometeu trabalhos de conscientização sobre a posse responsável, uma base do Hospital Veterinário Público para o município, além de um "castra-móvel", estrutura móvel para a realização de cirurgias de castração em animais de rua.

Nenhum desses candidatos se elegeu. As ONGs de proteção animal da cidade dividiram apoio na eleição, demonstrando a característica desunião do movimento em Bauru.

Mas nem todos os candidatos se utilizaram do viés da defesa ou do bem-estar para angariar votos envolvendo animais no jogo político. Houve quem fizesse campanha pelo rodeio.

O vereador Gilberto dos Santos, o "Giba", é entusiasta da festa de peão no município. Seu currículo político, disponível na página oficial da Câmara Municipal de Bauru

(www.camarabauru.sp.gov.br) é direto: "bauruense, católico, empresário, gráfico, pecuarista, grande incentivador e responsável pela volta a Bauru do rodeio, uma de suas paixões". Para azar dos touros e bois, Giba é presidente da comissão de cultura, esporte, lazer e turismo na Câmara Municipal de Bauru. Para a sorte deles, ele não foi reeleito para o mandato 2013-2016.



Em frente à entrada da Expo 2012, evento que aconteceu em agosto, uma faixa levando a forçada assinatura "população bauruense" e alguns banners com a imagem e o número de "Giba", candidato ao segundo mandato como vereador.



Animal encurralado nos bretes momentos antes de ser montado (à esquerda) e se debatendo na arena da Expo 2012 (à direita).

Polêmica da realização de rodeios em Bauru continua, e as montarias também



A proibição dos rodeios em Bauru ocorreu em novembro de 2005 quando o juiz Mauro Ruiz Daró, da 3ª Vara Cível, concedeu liminar em resposta à ação civil pública protocolada pelo promotor do Meio Ambiente Luiz Eduardo Sciali de Castro. A ação alegou o descumprimento das exigências federais sobre o uso do sedém e da espora durante a Grand Expo 2004.

O Tribunal de Justiça (TJ) do Estado de São Paulo, a pedido da Associação Rural do Centro Oeste, Arco, liberou a realização de rodeios na Grand Expo Bauru em setembro de 2008. No ano seguinte, as montarias voltaram a ocorrer normalmente, com respaldo de duas leis que regulamentam o rodeio: a Lei Federal 10.519/2002 (que dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio) e a Lei Estadual 10.359/1999 (que trata das normas a serem observadas na promoção e fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de tais eventos).



Manifestantes protestam com cartazes, apitos e um alto-falante em frente à prefeitura de Bauru contra realização da 14ª Festa do Peão do Mato do Mary Dota, em março deste ano: festa sim, mas sem rodeio!

O vai e vem acontece porque a proibição foi fruto de uma decisão judicial. Para abolir a realização de rodeios em um município, é preciso mudar a legislação, como aconteceu no ano passado em Araraquara, a 130 quilômetros de Bauru. Outros exemplos de cidades que já conquistaram a legislação proibitiva ao rodeio no Estado de São Paulo são Guarulhos, Jundiaí, Mogi das Cruzes, São Paulo e Sorocaba.

Com a criação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais de Bauru, a causa pelo fim do rodeio deve ganhar força, ainda que o tema não tenha recebido a devida atenção este ano. Como órgão deliberativo, e na função de zelar pelos animais, essa parece ser a única esperança. Mas nada acontecerá sem o envolvimento e apoio das entidades protetoras e da população, que fez a diferença nas cidades que conseguiram acabar com o rodeio.

21

Experimentação animal, porque tocar no assunto?



Mesa redonda sobre bioética e experimentação animal, na UNESP Bauru

redonda começou às oito da noite. A professora doutora Irene Franceschini, que mediava o debate, lamentou não poder ler todas as perguntas que chegavam quando se deu conta que o relógio apontava quase onze horas.

Experimentação animal é qualquer prática que utilize animais para fins didáticos ou de pesquisa. Abrange a vivisseção, procedimento cirúrgico realizado em animal vivo. Sob a justificativa do conhecimento científico e dos progressos da ciência, milhares de animais são explorados nos laboratórios das universidades (sem falar na indústria cosmética e farmacêutica). Os questionamentos ao método vêm ganhando força. O que se discute é se é justo tratar o animal como modelo experimental do homem, ou seja, como mero objeto de pesquisa. Nós temos esse direito? A exemplo da mesa redonda da Semana da Biologia, o debate de extrema relevância ética, social, acadêmica, filosófica e moral tem que existir.

Que surpresa boa foi abrir o link para a página da programação da XIX Semana da Biologia da UNESP Bauru e ler o tema da mesa redonda de abertura: bioética e experimentação animal. De fato, o assunto merece toda atenção. A comissão organizadora do evento, formada pelos próprios alunos da Faculdade de Ciências, FC, acertou em cheio na escolha do tema. O debate aconteceu no dia 07 de maio na UNESP, com auditório lotado. De um lado, o professor do Departamento de

Ciências Biológicas da FC, Dr. Katsumasa Hoshino, a favor da experimentação animal. Do outro, o biólogo, mestre em alimentos e nutrição, coautor do livro "A verdadeira Face da Experimentação Animal: a sua saúde em perigo" e autor de "Alternativas ao Uso de Animais Vivos na Educação: pela ciência responsável", Sérgio Greif.

Poucas vezes vi uma mesa redonda na UNESP extrapolar o limite de tempo com a plateia sentada, atenta e pedindo mais. A mesa



No dia 28 de abril diversas cidades do Brasil e do exterior realizaram simultaneamente a "II Manifestação Nacional Contra a Vivisseção". Em Bauru, o protesto aconteceu no Calçadão da Baptista.

Lei Arouca

A Lei Arouca, como ficou conhecida a Lei nº 11.794 de outubro de 2008, estabelece procedimentos para o uso científico de animais e cria o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal, CONCEA, cuja função é assumir uma série de mecanismos para zelar pelo cumprimento de normas relativas à "utilização humanitária" dos animais. Um deles é o credenciamento das instituições que os utilizam. Para isso, é condição indispensável a constituição prévia de Comissões de Ética no Uso de Animais, CEUAs.

Durante a mesa redonda da UNESP, uma pergunta da plateia questionou se a Comissão de Ética da FC está registra-

da do CONCEA, o que levou a uma intervenção do professor Dr. Carlos Alberto Vicentini, vice-coordenador do curso de ciências biológicas. Na ocasião, ele informou que hoje os projetos da FC não podem mais ser encaminhados para a Comissão de Ética, que apenas avalia projetos envolvendo seres humanos. Os projetos estão migrando para análise em outras unidades, o que ele considerou extremamente inconveniente. Ao menos no caso do Laboratório de Morfologia de Organismos Aquáticos onde Vicentini trabalha com peixes, anfíbios, camarões e etc., os projetos estão migrando para análise na Faculdade de Odontologia de Bauru, da USP. "Na minha opinião temos que ter nossos projetos avaliados pela própria Faculdade de Ciências", declarou o professor.

Ética

Uma Lei não necessariamente é sinônimo de ética. Não é porque é legal, que é moral. Foi a resposta de Sérgio Greif quando questionado sobre a "Lei Arouca", à qual fez observações pertinentes. A tal Lei não defende os interesses dos animais enquanto sujeitos. Um paralelo entre os Comitês de Ética para pesqui-

sa em humanos e para pesquisa em animais mostra como as premissas são diferentes se considera-se o indivíduo submetido ao experimento sujeito de direito ou não.

Comitês de ética para humanos – Avalia critérios como a beneficência (evitar fazer o mal para o indivíduo, e procurar fazer-lhe o bem), respeito à pessoa (privacidade, nome preservado), veracidade, autodeterminação (a pessoa tem liberdade de interromper e abandonar o experimento quando quiser), justiça (analisar as condições da pessoa) e voluntariedade (ninguém será obrigado, o indivíduo se propõe a participar da experiência por espontânea vontade).

Comitês de ética para animais – Não gozando de status moral de indivíduo, não há preocupação real em não causar dano aos animais. Mesmo que se refine a técnica, significa apenas que o sofrimento poderia ser pior, ou que diminua a quantidade, o que na prática é só um número menor de animais que continuam sem direitos. Animais jamais são voluntários de pesquisa, pois não tem condições de avaliar os danos que podem sofrer e se proporem a participar. E por fim, desprovido de direitos, o valor de sua vida está sempre abaixo dos possíveis benefícios que o experimento trará a sociedade, como ganho de conhecimento, algo vago.

O advogado bauruense Jose Hermann Schroeder, diretor jurídico da ONG Naturae Vitae, não se conforma com o uso da palavra ética para experimentos que envolvem animais. "Como dizer existir ética quando os animais são considerados números e não indivíduos? Quando não existe preocupação alguma em não lhes causar danos físicos e mentais? Quando são mortos ao final e descartados como lixo infectante? Quando são forçados e não voluntários?", questiona Hermann.

Objeção de consciência

Em conversa com duas estudantes de biologia da UNESP, elas contaram situações de desconforto que tiveram em aulas que utilizam animais para fins didáticos. Em uma, o professor abriu uma rã e o coração do animal ainda batia. As

dissecações de uma minhoca e de uma galinha também causaram sensação horrível, conforme descreveram. Perguntei se elas já tinham ouvido falar em objeção de consciência. Elas disseram que não.

Qualquer aluno que ingresse em um curso que utiliza animais para fins didáticos e pesquisas pode objetar caso se sinta desconfortável, ou seja, tem o direito a não participar das aulas. O fundamento jurídico para o reconhecimento desse direito está na própria Constituição Federal, no Artigo 5º, inciso III, e diz: "Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filo-

sófica ou política". A condição para acionar o direito é cumprir prestação alternativa. O professor tem a obrigação de oferecer outra opção ao aluno, sem prejudicá-lo por sua escolha. O biólogo Sergio Greif, afirma que nunca antes no Brasil houve tantos casos de objeção de consciência de estudantes.

A objeção em si não salva os animais, mas com certeza incita o debate pelo desenvolvimento de métodos alternativos e mostra a sensibilidade da nova geração de profissionais que ingressa no mercado e no meio acadêmico. Uma esperança para os animais. Por isso é importante divulgar o direito à objeção de consciência desde o primeiro dia do aluno na universidade, porque não?

Sobre a experimentação animal, durante palestra magna no Encontro Nacional de Direitos Animais, ENDA 2012, o promotor Laerte Levai citou as memoráveis palavras da feminista Maria Lacerda de Moura, escritas no livro "Civilização – Tronco de Escravos", de 1931.

"O homem continuará a descer sempre, bem para baixo de todos os simios, na sua maldade de criatura civilizada, para estimular todas as virulências, desde as guerras até o prazer satânico de martirizar os animais em nome do humanitarismo clínico. A crueldade nunca poderá ser um caminho para o aperfeiçoamento humano. A ciência não se adquire com crueldade. Se a fisiologia não pode se adiantar sem infligir horribles torturas aos animais indefesos, é melhor que a fisiologia fique onde está. A humanidade pode progredir sem a fisiologia, porém, não poderá progredir sem a piedade."

23

Uma derrota processual inspiradora

Vale tudo no âmbito acadêmico?

São José dos Campos (SP). Um processo que começou em 2004 e levou sete anos. Milhares de páginas e argumentos. No fim, a derrota processual. No alvo da ação civil pública, uma universidade que faz experimentação animal. Por trás dela, os emocionantes pedidos de um promotor abolicionista.

O tribunal decidiu em favor do antropocentrismo jurídico e julgou o processo improcedente, mas Laerte Levai deixou inconformada a plateia do auditório do Encontro Nacional de Direitos Animais quando contava o remate do caso, que serviu e serve de inspiração para quem luta pelos direitos animais.

Com muita coragem eousadia, ele lembrou que ao tomar ciência da decisão, obrigação que tem como promotor, não se conteve e disse: "Meritíssimo juiz, ciente do acórdão, esperando que no futuro, com Leis melhores e juristas mais sensi-

veis, as novas gerações não precisem empreender longas batalhas jurídicas para tentar obter o reconhecimento de direitos legítimos a criaturas vulneráveis, submetidas a abusos e torturas. E que esse tempo não tarde a chegar, porque o direito que compactua com violência, não é o caminho da justiça, mas uma expressão de arbítrio e intolerância".

A universidade continua fazendo vivissecção, mas embora a derrota formal no processo, o promotor deixou assumidamente um estímulo para que outras ações venham, para que outras pessoas as proponham e que outros juízes, juízes do futuro, possam decidir de uma forma mais serena e compassiva do que os dos nossos tempos: "Fica esse desafio, de persistir na luta, que é tantas vezes inglória, mas por outro lado tantas vezes bela", encerrou.

A opinião de quem faz

Entrevista com a professora doutora Sandra Lia do Amaral Cardoso, responsável pelo Laboratório Experimental de Fisiologia do Exercício, LEFEX, do Departamento de Educação Física da Faculdade de Ciências da UNESP Bauru.

Nós temos um Comitê de Ética para as pesquisas e experimentos na UNESP Bauru?

Tem alguns Campi que já tem. Então está tendo uma preocupação extremamente grande, principalmente da pró-reitora de pesquisa, em regularizar todos os Comitês de Ética. Se determinado Campus não tem, você submete o seu projeto a um outro próximo que tenha. Aqui a gente manda para Araçatuba, em animais é o mais próximo. Mas existe uma preocupação grande em se regularizar em todos os Campi da UNESP.

E existe uma preocupação também na redução do número dos animais usados? A própria Lei Arouca cita essa preocupação.

Sempre quando você vai fazer o experimento, você tem que pensar no número suficiente para que você tenha uma resposta convincente. Não dá para vocês fazer com 1, 2, 3. Geralmente, 10 para cada [experimento]. Porque você vai ter uma variabilidade individual que é muito semelhante do ser humano. Então você tem respostas que estão positiva e negativa e você vai ver o conjunto dessas respostas.

No biotério de fisiologia são criados animais?

É um laboratório de armazenamento. A criação vem do Laboratório Central de Botucatu, que está passando por uma reforma grande, um projeto grande da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) e que vai deixar essa criação de excelência.

Quando tempo eles passam armazenados aqui? Ficam de passagem, não é?

É uma passagem. Por exemplo, eles chegam com 45 dias. Tem professor que já pega logo de cara. Depende da idade do projeto do professor. Eu, por exemplo, uso animal com dois meses.

Que espécies de animais são utilizadas aqui?

No LEFEX, rato e camundongo. Ele está passando por um período de reforma para realmente adequar melhor os animais. Ficou muito tempo sem reformar, é uma construção antiga.

Você sabe dizer quantos animais são usados?

Normalmente a gente tem uma vinda de 80 camundongos por mês, são quatro meses de programação, são 320 camundongos por semestre. E de rato eu tenho pedido 100 animais por semestre. Então é importante ressaltar que todas as pesquisas são avaliadas pelo Comitê de Ética.

Que Comitê é esse?

É interno da UNESP, formado por professores, funcionários, alunos, não sei se tem outro tipo de funcionário. Eu não entro em contato. Manda por malote e volta aprovado, reprova ou com alguma alteração que deve ser feita. Mas antes de mandar tem toda a regulamentação, que você lê e vê se está dentro. Nada do que a gente faz aqui está fora da regulamentação. E muitas coisas mudaram, né? Desde que eu comecei o meu mestrado, por exemplo, até agora. Tipos de anestésicos mudaram, o próprio tipo de animais, antes podia usar animais maiores. A gente usava em aulas práticas cães, por exemplo, na medicina. Hoje não pode mais. Eu acho que os alunos saem prejudicados? Saem. Mas a gente mostra em ratos. É uma coisinha pequeninha, você vai mostrar infarto, usando um desfibrilador, hoje você tem que assumir aquilo que está acontecendo, porque você não consegue colocar um desfibrilador num rato. Então assim, alguns alunos ficam prejudicados, mas paciência. Norma é norma a gente segue as normas.

Sim, ele está vivo. Você vai fazer, por exemplo, dosagem de proteína. Você não pode esperar ele morrer para as proteínas todas pararem sua atividade e você pegar. Você tem que pegar imediatamente na hora que ele morre. Então você anestesia profundamente, eutanasia e pega rapidamente todos os tecidos.

Mas como é a eutanásia?

Eu já falei, você tira o coração. A gente dá uma dose extremamente grande de anestesia. Ele já não sente mais nada, não tem reflexo. Não é uma dose que ele vai acordar. É uma dose excessiva de anestésico. Dali, se você não fizer nada ele vai morrer.

Em quanto tempo ele morre com essa dose?

Ah não, nunca deixei, judiação demais... pra quê você vai deixar o animal morrer? Não tenho nenhuma noção. A gente anestesia, ele está extremamente sem reflexo nenhum você já abre o peito e eutanasia.

Você acha que é questionável a utilização de animais, ou você acha que é necessário, infelizmente...?

Eu acho que para determinado tipo de pesquisa é necessário sim, não colocou nem infelizmente não...

Por quê?

Por que você tá viva hoje graças a um monte de pesquisa em

Existe esse investimento por parte das agências financiadoras e da própria Universidade em manter o biotério e as pesquisas. Por outro lado, a Lei diz que devem ser desenvolvidos métodos alternativos. Isso tem sido feito aqui?

No nosso caso não. Porque, por exemplo, eu preciso retirar o músculo do animal para poder estudar. Não dá para eu desenvolver isso num computador. O computador pode dar algumas respostas, mas ele não reproduz toda a readaptação que o animal tem. Então por exemplo, se eu dou uma droga que o efeito colateral dela é hipertensão, o que eu tenho que estudar: porque está gerando essa hipertensão, como eu posso tratar essa hipertensão? Eu tenho que ver a resposta geral no organismo. Coração, músculo, osso, sistema nervoso simpático, parassimpático. Eu tenho que ver tudo. O computador não me dá isso, me dá uma simples resposta local, básica. E a gente sabe que o animal se adapta. Tem animal que fica hipertenso e que depois de um tempo ele retorna. Tem animal que demora mais para ficar hipertenso. Porque têm essas diferenças? Como eu posso tratar melhor esse animal respeitando as diferenças? Não dá para fazer isso com gente. No momento todas as pesquisas que estão sendo feitas, não tem como você ter um método alternativo. Eu não posso usar em gente, eu vou ficar testando em você? Em quem que eu vou testar? Hitler usava os presos, posso usar os presos? Não posso. Tem

animal que criou uma série de vacinas que você recebe quando você nasce que faz com que você não tenha um monte de doença. Então assim, hoje você usa com consciência. A maioria das pesquisas que são usadas em animal, de forma consciente, elas tem um fim para que você entenda um mecanismo, crie uma droga, uma estratégia que vá ajudar o ser humano. Eu não digo que é infelizmente, senão eu não estaria nessa área. Eu uso porque eu não posso usar em gente. Se eu pudesse usar em gente, talvez usaria, mas não posso.

E porque você pode usar em animais?

Justamente por causa disso. Se você faz um experimento que não vai causar nenhum mal no ser humano acho que ele tem todo o direito de usar, de testar, ele assina um termo de consentimento e beleza. Agora determinados experimentos eu tenho que usar no animal, por quê? Porque eu não vou tirar uma perna, uma mão, um cérebro de um ser humano.

Então, mas porque a gente pode tirar de um animal?

Porque o animal foi criado para isso. Não tem outro jeito. É o que eu falo, não é infelizmente, a minha mentalidade é essa. Ou eu uso no animal ou não tem outro lugar para usar. Não dá para fazer no computador. Não dá para fazer num boneco.

determinadas pesquisas que não dá para fazer em gente. Esses animais são criados para isso.

Já teve algum caso de aluno que fez objeção de consciência, aquele direito a não participar da aula com animais caso não queira? E eles sabem que tem esse direito?

Comigo nunca ninguém teve problema. Acho que sim, não sei. Eles podem, não vou fazer nada. Não precisa nem chegar perto do animal, ninguém vai ser obrigado. Eu acho que aula prática é a aula que você demonstra um conhecimento que você deu na teoria. Então se ele se basta por aquele conhecimento teórico, ótimo.

E depois do que é feito com os animais, qual o destino deles? A faculdade não vai ficar armazenando eles aqui...

Não, a gente tem um contrato com uma empresa que recolhe os animais, uma empresa especializada aqui de Bauru. Se não me engano, eles são incinerados. Assim como todo material biológico.

E todos precisam morrer após os testes?

Os que não são tratados farmacologicamente, a gente leva para o zoológico. Eu trabalho com medicamento, por exemplo. Então esses com medicamentos é claro que eu não vou oferecer para o zoológico. E, na verdade, eu uso o animal, eu

acabo eutanasiando o animal. Porque eu preciso tirar coração, perna, osso, cérebro. Eu tiro tudo do animal, então eu aproveito o animal da melhor forma possível, inclusive a gente manda amostras para outros laboratórios em colaboração com técnicas que a gente mantém aqui para realmente aproveitar o animal. Então, o que a gente usa aqui, virou carcaça. Ai a empresa vem e recolhe. Os animais que a gente não utilizou por algum motivo, por exemplo, não corria na esteira de jeito nenhum ou já tinha o suficiente, não vai usar mais, então a gente doa para o zoológico. Então não vai matar o animal de bobeira.

Como é feita a anestesia? Quando não é feita?

Tanto eu quanto o outro professor que usa esse laboratório usamos anestesia. É um relaxante muscular e um anestésico. Você compra com autorização do veterinário, em loja de manipulação animal... Dando as condições básicas para que o animal não tenha dor nenhuma. Você aplica a anestesia, espera ele ficar sem sinais vitais nenhum, sem reflexo, e aí você abre.

E em seguida já faz a eutanásia?

Sim, na hora que você tira o coração, ele morre. Então ele já está totalmente anestesiado.

Quando ele está anestesiado ele está vivo ainda?

na verdade o primeiro animal com toda a fisiologia humana, completa, a testá-lo. Então na verdade ele seria a primeira cobaia de fato, não?

Eu não chamaria de cobaia. Eu acho que é uma opção. Ninguém é obrigado a fazer um teste. A pessoa assina um termo de consentimento. Eu não chamo de cobaia nem experimentação, a partir dali é uma utilização que você já tem confiança de que vai funcionar.

E naqueles casos de remédios que deram efeitos diferentes em animais e humanos?

Aí você tem que explicar isso tudo muito bem para o paciente. Por exemplo, se um cara tem esclerose múltipla, ele tenta todas as alternativas que forem oferecidas para ele. Agora, ele é responsável por essa tentativa. No ser humano nada é feito sem assinatura de um termo de consentimento, nem a mais simples medida. Mas quando já chega na fase do humano, você sabe todos os riscos que pode acontecer. Esse risco tem que ser muito bem passado para o ser humano, e ele é passado.

Se eu só vou ver uma estrutura, eu vou ter uma aula de anatomia, eu vou ver essa estrutura, eu posso ver num boneco. Agora numa aula de fisiologia, que eu tenho que ver essa estrutura funcionando, não dá para fazer num boneco. Eu trabalho com fisiologia. Com sistemas funcionando. Não dá para ser um órgão isolado. Porque um órgão isolado, ele vai ter o efeito daquela droga naquele momento. No organismo como um todo, se você colocar uma droga num determinado órgão, um outro vai reagir. Então o animal é criado para isso. Por isso que eu sou a favor. Eu acho que a experimentação animal já salvou muitas vidas, já criou vacinas, tratamentos de AIDS, Alzheimer, diabetes, utilização de células-troncos... um dia elas foram usadas com animais. Você vai aperfeiçoando, aperfeiçoando, aperfeiçoando para que chegue num nível de que você possa testa num humano.

Eles são mesmo tão parecidos com a gente para que os testes funcionem?

São. Eles são parecidos. Por isso que a gente usa. Principalmente os ratos e camundongos. Claro que você tem que fazer uma série de testes. Pode ser que uma resposta seja ligeiramente diferente ou não, mas você tem que ter a consciência que é.

O primeiro ser humano a tomar um medicamento que até então só havia sido testado em animais será